

UM DISCURSO EM MANGAS DE CAMISA

Tobias Barreto



UM DISCURSO EM MANGAS DE CAMISA

Tobias Barreto

Prefácio: Marilson Santana





Os Correios, reconhecidos por prestar serviços postais com qualidade e excelência aos brasileiros, também investem em ações que tenham a cultura como instrumento de inclusão social, por meio da concessão de patrocínios. A atuação da empresa visa, cada vez mais, contribuir para a valorização da memória cultural brasileira, a democratização do acesso à cultura e o fortalecimento da cidadania.

É nesse sentido que os Correios, presentes em todo o território nacional, apoiam, com grande satisfação, projetos da natureza desta Biblioteca Básica Brasileira e ratificam seu compromisso em aproximar os brasileiros das diversas linguagens artísticas e experiências culturais que nascem nas mais diferentes regiões do país.

A empresa incentiva o hábito de ler, que é de fundamental importância para a formação do ser humano. A leitura possibilita enriquecer o vocabulário, obter conhecimento, dinamizar o raciocínio e a interpretação. Assim, os Correios se orgulham em disponibilizar à sociedade o acesso a livros indispensáveis para o conhecimento do Brasil.

Correios



O livro, essa tecnologia conquistada, já demonstrou ter a maior longevidade entre os produtos culturais. No entanto, mais que os suportes físicos, as ideias já demonstraram sobreviver ainda melhor aos anos. Esse é o caso da Biblioteca Básica Brasileira.

Esse projeto cultural e pedagógico idealizado por Darcy Ribeiro teve suas sementes lançadas em 1963, quando foram publicados os primeiros dez volumes de uma coleção essencial para o conhecimento do país. São títulos como *Raízes do Brasil*, *Casa-grande & senzala*, *A formação econômica do Brasil*, *Os sertões* e *Memórias de um sargento de milícias*.

Esse ideal foi retomado com a viabilização da primeira fase da coleção com 50 títulos. Ao todo, 360 mil exemplares serão distribuídos entre as unidades do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, contribuindo para a formação de acervo e para o acesso público e gratuito em cerca de 6.000 bibliotecas. Trata-se de uma iniciativa ousada à qual a Petrobras vem juntar suas forças, colaborando para a compreensão da formação do país, de seu imaginário e de seus ideais, especialmente num momento de grande otimismo e projeção internacional.

Petrobras - Petróleo Brasileiro S. A.



SUMÁRIO

Apresentação	xi
Prefácio – Marilson Santana	xiii
Um discurso em mangas de camisa	
Notas e adições	20
Nota A	20
Nota B	21
Nota C – Sobre uma trilogia célebre	21
Nota D – A propósito da Revolução Francesa	24
Nota E – A fraternidade é simples conceito religioso	27
Nota F	32
Nota G – Opinião errônea	38
Nota H – Sobre a liberdade	40
Nota I – Pedro Américo e Carlos Gomes	47



A Fundação Darcy Ribeiro realiza, depois de 50 anos, o sonho sonhado pelo professor Darcy Ribeiro, de publicar a Coleção Biblioteca Básica Brasileira – a **BBB**.

A **BBB** foi formulada em 1962, quando Darcy tornou-se o primeiro reitor da Universidade de Brasília – UnB. Foi concebida com o objetivo de proporcionar aos brasileiros um conhecimento mais profundo de sua história e cultura.

Darcy reuniu um brilhante grupo de intelectuais e professores para, juntos, criarem o que seria a universidade do futuro. Era o sonho de uma geração que confiava em si, que reivindicava – como Darcy fez ao longo da vida – o direito de tomar o destino em suas mãos. Dessa entrega generosa nasceu a Universidade de Brasília e, com ela, muitos outros sonhos e projetos, como a **BBB**.

Em 1963, quando ministro da Educação, Darcy Ribeiro viabilizou a publicação dos primeiros 10 volumes da **BBB**, com tiragem de 15.000 coleções, ou seja, 150 mil livros.

A proposta previa a publicação de 9 outras edições com 10 volumes cada, pois a Biblioteca Básica Brasileira seria composta por 100 títulos. A continuidade do programa de edições pela UnB foi inviabilizada devido à truculência política do regime militar.

Com a missão de manter vivos o pensamento e a obra de seu instituidor e, sobretudo, comprometida em dar prosseguimento às suas lutas, a Fundação Darcy Ribeiro retomou a proposta e a atualizou, configurando, assim, uma nova **BBB**.

Aliada aos parceiros Fundação Biblioteca Nacional e Editora UnB, a Fundação Darcy Ribeiro constituiu um comitê editorial que redesenhou o projeto. Com a inclusão de 50 novos títulos,

a Coleção atualmente apresenta 150 obras, totalizando 18 mil coleções, o que perfaz um total de 2.700.000 exemplares, cuja distribuição será gratuita para todas as bibliotecas que integram o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, e ocorrerá ao longo de três anos.

A **BBB** tem como base os temas gerais definidos por Darcy Ribeiro: O Brasil e os brasileiros; Os cronistas da edificação; Cultura popular e cultura erudita; Estudos brasileiros e Criação literária.

Impulsionados pelas utopias do professor Darcy, apresentamos ao Brasil e aos brasileiros, com o apoio dos Correios e da Petrobras, no âmbito da Lei Rouanet, um valioso trabalho de pesquisa, com o desejo de que nos reconheçamos como a Nova Roma, porém melhor, porque lavada em sangue negro, sangue índio, tropical. A Nação Mestiça que se revela ao mundo como uma civilização vocacionada para a alegria, a tolerância e a solidariedade.

Paulo de F. Ribeiro
Presidente
Fundação Darcy Ribeiro

Tobias Barreto e o germanismo em *Um discurso em mangas de camisa* e outros textos

A obra de Tobias Barreto de Menezes, mais conhecido como Tobias Barreto, tem impacto em vários quadrantes da cultura e vida social brasileira na segunda metade do século XIX. Poeta, jurista, filósofo, crítico literário, ex-seminarista, músico e advogado, colocou questões centrais para a sociedade de sua época, questões estas que estão na raiz tanto do “culturalismo jurídico” quanto, também, remontam ao *condoreirismo* da quarta geração do Romantismo. Conta-se que era amigo de Castro Alves e não raramente o desafiava no território dos repentes e da poesia. Suas ideias, no campo do direito, atuaram sobre o pensamento de Sílvio Romero, Clóvis Bevilacqua, mais recentemente, Miguel Reale.

Originário do Nordeste, especificamente de Campos de Rio Real, interior de Sergipe, estudou a questão religiosa quando se matriculou num seminário em Salvador. Não haveria de se tornar padre, pois foi cativado para os estudos jurídicos, matriculando-se na Escola do Recife por fim. Ali passou a desenvolver pesquisas na área de filosofia do direito e de direito civil. Estamos a tratar dos oitocentos, porém já se colocava ele diante da famosa “escola finalista” ou jurisprudência dos interesses. Sem dúvida os reflexos da escola de Jhering no Brasil, fatalmente, irão se defrontar com a obra de Tobias Barreto.

No campo das ciências sociais, é possível encontrar fortes traços de sua obra no pensamento de Sílvio Romero e mesmo em Oliveira Viana. Poliglota, conseguia entrada em vários campos do saber relativos a humanidades, mas não se deixou influenciar pelo positivismo comtiano. Manteve-se na linha neokantiana, marcando uma diferença entre natureza e cultura ao mesmo tempo em que guardava uma reserva de saber “epistemológico” para a filosofia em relação à ciência. Ou seja, não aderiu a um positivismo que expulsava a metafísica e a crítica da reflexão sobre os limites e possibilidades do saber científico.

Os textos encerrados na coletânea intitulada *Um discurso em mangas de camisa* refletem um pouco disso demonstrado acima, porém mostram uma dimensão também política do autor. Este livro, cuja edição é da Livraria São José, datada de 1970, traz, além do mencionado discurso, reflexões sobre a Revolução Francesa, a liberdade e a igualdade entre os homens. Faremos uma análise desses textos, sem antes deixar de cotejar as reflexões de Hermes de Lima, maior estudioso da obra de Tobias, apontadas na apresentação do volume.

Nas palavras de Hermes de Lima, o *Discurso em mangas de camisa* é uma “obra-prima da sociologia brasileira” e reflete a agitação política da época e o “perfil intelectual do chefe da Escola de Recife”, o qual se orienta por uma vocação germanista. Conseguiu ele extrair uma “história da sociedade” da “história do direito” de um lado, intuía também novos rumos para os “novos métodos de crítica e história literária” (p.12), sem deixar de lado os horizontes da política.

O texto principal, no qual se dispõe *Um discurso...*, é originalmente produzido para o auditório do “clube popular de Escada”, cidade onde morou quando se casou com a filha de um dono de engenho de açúcar. Entretanto, tal texto vaticinava certa interpretação do Brasil, alertado de que o “pensamento que forma a

base desta sociedade como de outras com igual natureza, não se resume – é verdade – numa definição, nem se esgota em centenas de discursos”. Ainda que diante de um auditório definido por um clube daquela cidade nordestina, já visualizava um auditório maior, aquele que contemplasse “os deserdados da pátria, os excluídos do banquete” Se no direito e na intelectualidade oficial brasileira ainda hoje se conservam as vestes talares como regra de etiqueta, Tobias Barreto estava disposto a tirar o terno e a gravata de sua fala. Não queria “nada de espartilho retórico”, mas “alguma coisa de familiar, alguma coisa de designável por um discurso em mangas de camisa”. Pois, é preciso arrumar a fala de modo mais simples “quando se fala a homens que têm fome”.

Nota-se nestas linhas que Tobias Barreto endereça sua voz para o país como um todo. Estava ele preocupado com questões de Estado, de governo, da nação e do povo. Via distinção entre governo e Estado e, assim como Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, seus contemporâneos da Escola de Recife, fazia críticas à decadente monarquia. Para ele, o Estado brasileiro estava organizado, mas não a nação, pois daí se excluía o povo. Tem-se de um lado o governo, que é

a administração por seus altos funcionários na Côrte, por seus sub-rogados nas províncias, por seus ínfimos caudatários nos municípios (...) não é o povo, o qual permaneceu amorfo e dissolvido, sem outro liame entre si, a não ser a comunhão da língua, dos maus-tratos e do servilismo.

Para Tobias Barreto, há a ausência de concretude nos lemas da trindade revolucionária francesa no Brasil. A liberdade, a igualdade e a fraternidade não se concluem por aqui. As duas primeiras são contraditórias entre si, e a última se coloca mais como preceito religioso do que exatamente um lema político social. Nota-se

que o germanismo de Tobias Barreto não se conciliava com o espírito libertário da França.

No seu discurso, “a liberdade” e a “igualdade” se repelem, pois a liberdade é um direito e a igualdade não chega ser “nem fato nem direito”. Na sua perspectiva, a “igualdade é um estado da vida pública na qual não se oferece ao indivíduo predicado algum particular”. Para um negro romântico, considerado mestiço ou mulato na época, influenciado pelas ideias de Goethe e Schiller, num contexto de luta contra o abolicionismo, a liberdade pareceria superior à igualdade. A igualdade se transformava numa falácia ou num arroubo de “inveja”. Leitor de Marx, ele era crítico do comunismo, pois o compreendia nessa chave de leitura da igualdade. Para ele, “o mais alto grau imaginável da igualdade – o comunismo – porque ele pressupõe a opressão de todas as inclinações naturais, é também o mais alto grau de servidão”. No ideário de Tobias, a liberdade era nobre e a igualdade lidava com os baixos sentimentos. Se a igualdade não era sequer a pálida imagem de um direito, o que Tobias teria a dizer sobre a fraternidade? Na sua perspectiva, a fraternidade seria um preceito religioso.

Esse tema da liberdade que é apontado no *Discurso* aparece também em outro texto do mesmo opúsculo. O título é exatamente “Sobre a liberdade”. Surpreende-nos ele quando vai se ancorar tanto no pessimismo do filósofo Artur Schopenhauer como numa crítica ao utilitarismo de Stuart Mill. Mais adiante compara as preleções sobre a liberdade deste com o individualismo de Lord Byron, e com fundamento em Haeckel, filósofo alemão por quem ele tinha adoração, asseverava que a “liberdade é também ‘uma herança’”. Essa ideia de herança não se desgarra de todo o ideário evolucionista que o dominava.

Seu *Discurso* focava principalmente o Brasil. Para ele, a exclusão do povo já deveria ser um senso comum. Entendia que, além

de “classes” sociais, tínhamos em nosso país “castas sociais” e “castas políticas”. Tinha-se aqui uma “nobreza feita à mão” e uma burguesia (“a classe econômica propriamente”) que estava mais disposta à “luta pelo capital” do que à “luta pelo direito”. Havia nele uma sensibilidade de liberal democrata contrária a privilégios e ao estado de miséria popular:

O Brasil era então, como é e continua a ser, isto mesmo: um clero privilegiado, o qual não obstante receber por uma *capela de missas* tanto quando nem sempre o advogado recebe por uma causa, nem o pequeno negociante ganha a feira no sábado, nem o artista lucra com seus artefatos, todavia não paga imposto, como tal, bem que sua indústria, sendo altamente rendosa, nada sofresse em contribuir com um centésimo dos proventos para as despesas comuns.

Em seu cenário, as castas e classes sociais colocavam o país sob as rédeas de uma elite que dominava aqueles que se situavam nos andares de baixo de nossa sociedade. Assim,

Como se há de fazer que cheguemos ao alvo que nos propõem, nós outros homens do quarto pela maior parte, do terceiro e segundo estado, operários, artistas, homens de letras, que nada temos, que nada somos, visto como os nossos direitos se acham sequestrados nas mãos de meia dúzia de felizes, constituídos nossos depositários.

A franca decadência do Segundo Reinado, as “viagens do rei” e a miséria do povo ganhavam notas na fala dos românticos sob uma verve política que, embora sem uma conotação de esquerda radical, clamava por justiça social quando dizia:

Eu não sou socialista: não encaro o número do que cuidam poder, com um traço de pena, extinguir os males humanos, quase irremediáveis. Mas também não faço coro com a escola de Manchester; não penso que a pobreza é sempre o castigo da preguiça econômica (...).

No texto “Sobre uma trilogia célebre”, ainda se referindo à questão da Revolução Francesa, elogia o pensamento de Karl Marx no tocante à “miséria da filosofia” e acentua a peculiaridade da história dos povos da América, os quais não precisariam “derubar tronos” ou “decapitar coroas”. Havia nele uma preocupação com a história que suspeitamos incluir a dialética ainda que parcialmente. Em “Opinião errônea” assume a ideia de que cada povo tem uma história própria e cada história tem “seus fatores”. Desse modo, a história do Brasil deve ser também singular.

Por outro lado, mesmo sem ter morado na capital da província ou nos estados do Sul do país com forte influência da cultura alemã, costumava afirmar seu amor e paixão pelo germanismo. Diante disso, ele costumava dizer que a “Alemanha é a minha loucura, o meu fraco irremediável”. Esse culto ao germanismo poderia levantar uma hipótese de pesquisa no campo literário, com a qual se afirmaria uma influência direta do Romantismo alemão na literatura brasileira, no campo do direito e das ciências sociais.

Contudo, essas ideias filosóficas da Alemanha também apontavam para uma reflexão mais geral sobre a humanidade. No seu pensamento, a humanidade não teria fim e não encontra representante como um todo orgânico. Em suas reflexões, não poderia haver uma “fraternidade humana”. Essa argumentação em torno da fraternidade parece levá-lo para as discussões sobre a estética e a religião. Para ele, esta é mais profunda que a arte do teatro, por exemplo. Ele diz que “a necessidade estética, de que dá conta o teatro, não é mais profunda nem mais enérgica do que a necessidade

religiosa”. Porém, para ele a religião não tinha força para moralizar a sociedade. Assim,

A eficácia da religião, como meio de moralizar, prova tão pouco a realidade objetiva do seu conteúdo, como a influência teatral sobre o desenvolvimento do chamado espírito público prova a verdade dos fatos, que no palco se representam.

Nesse tema da religião, mobiliza o pensamento do anarquista Bakhunin, defensor do extermínio da religião, para concluir que a “religião é inexplicável, irreduzível a uma fórmula intelectual”.

No último pequeno texto que se segue a *Um discurso em mangas de camisa*, Tobias Barreto faz uma crítica a dois artistas brasileiros consagrados: Pedro Américo e Carlos Gomes. A “grande mácula de ambos” seria a colaboração com o sistema do Segundo Reinado. Lapidariamente ele diz que, “nos quadros de um, como nas óperas do outro, colabora o Imperador (...)”. Percebe-se, portanto, que no texto de “Um discurso em mangas de camisa”, como nos demais que o sucedem na mesma brochura, há a demonstração de um tipo de pensador capaz de representar uma inteligência crítica da cultura brasileira no século XIX a partir do Nordeste, mais precisamente da Escola de Recife. O Romantismo com seus reflexos não só nas letras, mas também na política, na cultura, no direito, nas artes e na religião, teve em Tobias Barreto não só a afirmação de um sentimento nacional, mas também uma perspectiva “cosmopolita” e universal. Elaborar temas de natureza tão complicada para destilá-los num estilo simples, num discurso voltado para membros de um Clube Popular do interior do Nordeste, antecipa um tipo de fabulação e narrativas bem próprias de um modernismo em todas as áreas das humanidades. É possível dizer, por outro lado, que esse pensamento tenha se tornado conservador com o

passar dos tempos, chegando até aos pensamentos autoritários como o de Oliveira Vianna e a visões que dialogavam com o integralismo como em Miguel Reale. Mas para a prova disso seria importante uma pesquisa mais acurada de sua vida e de sua obra.

Um discurso em mangas de camisa retirou definitivamente as plumas e paetês da fala. É um convite a um mergulho na obra de Tobias Barreto, que morreu em 1889 aos 50 anos, tendo ocupado a cadeira 38 da Academia Brasileira de Letras. Morreu sem ver o nascimento de uma República com as marcas de um positivismo com o qual travou batalhas mortais. Nos últimos dias, obteve cuidados de Sílvio Romero. Com certeza, a velha República não pôde contar com um dos seus grandes pensadores.

MARILSON SANTANA É PROFESSOR DA UFRJ
— UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.
MESTRE PELA UNB — UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

UM DISCURSO EM MANGAS DE CAMISA

Tobias Barreto





Meus senhores!¹ Ainda uma vez, é a mim que incumbe vir expor-vos, e em traços mais visíveis, a ideia que se propõe realizar o *Clube Popular* da Escada. A primeira reunião que já fizemos não foi, nem podia ser inteiramente satisfatória, sob este ponto de vista, porquanto, além de grave dificuldade que há em falar-se, de modo eficaz, a um auditório não preparado, acresce

1 *Observação preliminar sobre o Discurso em mangas de camisa* – Em setembro de 1877, apareceu-me a ideia de organizar nesta cidade, e à semelhança de outros, já algures existentes, um pequeno *Clube Popular*. Como todas as lembranças infelizes, que no nosso país tem a propriedade de germinar com a mesma rapidez do alho plantado em noite de São João, segundo a crença vulgar –, a minha ideia prontamente *grelou*; mas também, com a mesma prontidão, murchou e morreu. Foi esta ainda uma das muitas ilusões de que se tem alentado o meu espírito nesta bela terra, onde aliás vim sepultar os dois mais caros objetos do meu coração e da minha fantasia: – minha Mãe e meu futuro!...

Foi ainda uma ilusão, sem dúvida, porém um pouco mais durável, um pouco menos enganadora do que, por exemplo a realidade das flores, com a sua vida de um só dia: – minha ilusão durou quinze.

Por ocasião e a propósito de realizar o meu plano, pronunciei o discurso que aí vai. Publicado logo depois no *Jornal do Recife*, não deixou de ser então, como era natural, agradável a uns, e displicente a outros. Mas ficou nisto.

Correram os dias, mudaram-se as coisas, e eu entendi que devia, para dar uma feição mais permanente àquele produto de *outros tempos*, publicá-lo em brochura, como agora faço, acompanhando de notas que servem de ilustração ao meu pensamento.

É o que tenho a dizer sobre a história do livrinho. Quanto ao mais, o leitor o julgue, como bom e justo lhe parecer.

Escada, 11 de fevereiro de 1879.

O Autor

que seria então antecipar, sem vantagem para esta sociedade, a explanação detalhada do seu objeto e dos seus intuitos. Bem quer me parecer que semelhante reserva, da minha parte, podia dar direito a se supor que há no fundo deste meu tentâmen uma certa dose de mistério e intenção secreta, que só pouco a pouco é dado perceber. Mas isto fora errôneo e altamente injusto.

O pensamento que forma a base desta sociedade, como de outras de igual natureza, não se resume – é verdade – numa definição, nem se esgota em centenas de discursos. Só às crianças é lícito imaginar que poderiam conter na palma da mão qualquer estrelinha, que se lhes afigura do tamanho de uma moeda, e apta para um brinquedo. Do mesmo modo, somente aos parvos é permitido crer que o conceito inspirador e dirigente de uma corporação criada com fins humanitários, políticos e sociais, qualquer que seja o círculo de sua ação, é suscetível de abranger-se numa folha de papel, pode se deixar ver em todos os seus aspectos e atitudes sedutoras, à luz mortíça de velhas frases consagradas ao culto aparatoso dos ídolos do dia.

Porém também é certo, senhores, que quando se evangeliza uma ideia nobre, por mais densa mesmo que seja a nuvem, em que ela venha envolvida, o gênio do povo se encarrega de penetrar-lhe no íntimo e conhecer, por instinto, o seu valor e o seu alcance. Nem eu quero dissimular que uma associação, à guisa da nossa, que tem por principal agente o espírito popular, o ímpeto democrático do século, encerra naturalmente alguma partícula de reação e protesto contra a tirania das coisas, algum gérmen de rebeldia contra a *impudência dos deuses*, e importa, como tal, uma gota de *assa-fétida* na taça de néctar dos poderosos da terra.

Mas isso não desfigura a placidez e serenidade do nosso intento, nem seria motivo suficiente para as chamadas autoridades constituídas nos pedirem contas, por *tentativa de insurreição*. Tranquilizai-vos, pois: – se há aqui algum segredo, esse segredo

não é para vós; é para aqueles que têm a orelha longa e fina, que no simples ato da livre respiração, que na sístole e diástole do coração do povo percebem sempre um como fluxo e refluxo do mar, que vem engoli-los; é para aqueles em cuja opinião o menor esforço para sair-se deste sono de abatimento e miséria é um plano de amotinados, assim como o sangue, que borbulha e jorra impetuoso, pode ser também um revolucionário, na opinião do punhal: é para aqueles, enfim, que, tendo boas razões de unirem-se a nós, de estarem conosco, não se dignam, todavia, de aparecer aqui, pelo receio que lhes inspira o contato dos lázaros políticos, quais somos todos nós, os homens do *trabalho* e não do *emprego público*, os deserdados da pátria, os excluídos do seu banquete, mas que, a despeito de tudo, guardamos ainda uma esperança no peito e uma seta na aljava!... É para esses, sim, que o exercício de um direito pode tomar as proporções de um fenômeno perigoso, de uma nuvem tenebrosa, que esconde no bojo alguma tempestade. Quanto a nós, porém, não nos incomodemos por isso; e quanto a eles, deixemo-los conjeturarem o que lhes aprouver; e prossigamos em nossa marcha.

Volto a tratar, senhores, do assunto capital do nosso entretenimento, que já foi em síntese indicado, a primeira vez que aqui nos reunimos. Esforçar-me-ei, sobretudo, por ser claro. Não compareço entre vós para fazer-me admirar, mas para fazer-me compreender. A musa que me inspira nesta ocasião é muito modesta para que mo obrigue a trajar a grande gala da linguagem bordada a ouro, e muito menos *a ouro francês*. Alguma coisa de familiar, alguma coisa de designável por *um discurso em mangas de camisa*, é o que vos venho apresentar. Se a viagem é curta e agradável, se fui eu quem vos convidou para ela, não seria uma extravagância, adicionada de uma impolidez, que eu quisesse ir a cavalo, quando os demais vão a pé? Nada, pois, de formalidade, nem jeitos oratórios;

nada de *espartilho* retórico: todo a cômodo e com toda a calma, vou expor-vos o que nos interessa.

Disse uma vez o Padre Lacordaire que a posição mais desfavorável ao orador é quando tem de falar a homens que comem – porém há outra, a meu ver, ainda mais desfavorável: – é quando se fala a homens que têm fome, se não se trata dos meios de satisfazê-la, ao menos de moderá-la. Tal seria, por certo, a minha posição diante de vós, como iniciador da ideia de um *Clube Popular*, se me viesse à mente a singular lembrança de ocupar-me em outros assuntos que não fossem os males da nossa vida política, o estado de penúria, e a pior das penúrias, a penúria moral, em que laboramos, o desânimo dos espíritos, a surdez das consciências, em uma palavra, todos os sintomas da doença, que mata as nações, o *abandono de si mesmo, o esquecimento dos seus direitos*, pela falta de justiça e liberdade, de que todos nós sentimo-nos sequiosos e famintos. Não me compete, nem seria agora oportuno, lançar as vistas no país inteiro, depondo sobre a mesa das dissecções o grande corpo brasileiro, para sujeitar a uma análise rigorosa a totalidade dos seus órgãos. Não interessa mesmo, nem a mim, nem a vós, dividindo o estado em suas partes naturais, tomar a província por objeto de nossa apreciação. Limito-me, portanto, ao município, e ao município concreto, quero dizer, a este de quem somos habitantes. É um fragmento do monstruoso *tremó*; mas este pedacinho reflete tão bem a nossa face, o nosso caráter nacional, como todo espelho.

O que mais salta aos olhos, o que mais fere as vistas do observador, que bem se pode chamar o *expoente* da vida geral do país, é a falta de coesão social, o desagregamento dos indivíduos, alguma coisa que os reduz ao estado de isolamento absoluto, de átomos inorgânicos, quase podia dizer, de poeira impalpável e estéril. Entre nós, o que há de organizado é o Estado, não é a Nação; é o governo, é a administração, por seus altos funcionários na Corte,

por seus sub-rogados nas províncias, por seus ínfimos caudatários nos municípios; – não é o povo, o qual permanece *amorfo* e dissolvido, sem outro liame entre si a não ser a comunhão da língua, dos maus costumes e do servilismo.

Os cidadãos não podem, ou melhor, não querem combinar a sua ação.

Nenhuma nobre aspiração os prende uns aos outros; – eles não têm nem força defensiva contra os assaltos do poder, nem força intelectual e moral para viverem por si: tal é o fato mais notável que a observação estabelece em geral, porém, que me parece não se manifestar em lugar algum tão carregado de más consequências, como na Escada. Aqui, decerto, os habitantes do município, máxime os da cidade, fazem a impressão de viajantes, que se reuniram à noite em uma mesma *casa de rancho*, mas logo que amanheça cada um tomará o seu caminho, quase sem probabilidade de outra vez se encontrarem. Deste modo de viver *à parte*, de sentir e pensar *à parte*, resulta a indiferença com que olha cada um para aquilo que pessoalmente não lhe diz respeito, e enquanto não chega o seu dia contempla impassível os tormentos alheios, sem saber que, como disse o poeta:

*A todos cabe o mal da humanidade,
– De lágrimas e dor fatal convívio, –
E aquilo que um tomou sobre seus ombros
É para os outros verdadeiro alívio.*

Não fica aí. Essa impassibilidade, que acabo de assinalar, não se revela somente por uma certa ausência de sincero amor e caridade, nas relações puramente humanas, mas também por falta de patriotismo, nas relações nacionais, pela ausência de senso político e dignidade pessoal nos negócios locais. É a esta doença



moral, de que padece o povo da Escada, que o nosso *Clube se propõe* aplicar um remédio, senão de todo eficaz, ao menos paliativo.

E importa advertir: – o *Clube Popular Escadense* não toma por princípio diretor nenhum dos estribilhos da moda, menos que tudo a célebre trilogia: *liberdade, igualdade e fraternidade*, três palavras que se espantam de se acharem unidas, porque significam três coisas reciprocamente estranhas e contraditórias, principalmente as duas primeiras, E para que não se me acuse de *paradoxia*, permiti-me, por um pouco, tratar de demonstrá-lo; o que tanto mais interessa, quanto é certo que não temos por nós nenhuma das três pessoas dessa *trindade revolucionária*, e por isso muito importa sabermos se delas uma só nos basta, ou se de todas necessitamos, bem como se é possível a sua consecução.

Mas antes de tudo, – que a liberdade e a igualdade são contraditórias e repelem-se mutuamente não milita dúvida. A liberdade é um direito, que tende a traduzir-se no fato, um princípio de vida, uma condição de progresso e desenvolvimento; a igualdade, porém, não é um fato, nem um direito, nem um princípio, nem uma condição; – é, quando muito, um postulado da razão, ou antes do sentimento. A liberdade é alguma coisa de que o homem pode dizer: – *eu sou!...*; a igualdade alguma coisa, de que ele somente diz: – *quem me dera ser!...* A liberdade entregue a si mesma, à sua própria ação, produz naturalmente a desigualdade, da mesma forma que a igualdade, tomada como princípio prático, naturalmente produz a escravidão. A liberdade é aquele estado no qual o homem pode empregar tanto as suas próprias como as forças da natureza ambiente, nos limites da possibilidade, para atingir um alvo, que ele mesmo escolhe. Onde, pois, o indivíduo é perturbado no uso de suas forças, e a respeito das ações que não se opõem à liberdade dos outros, nem às necessidades sociais, é sujeito a uma tutela, aí não existe liberdade, nem civil, nem política, nem de outra qualquer espécie. A igualdade é aquele estado da vida pública no qual



não se confere ao indivíduo predicado algum particular, como não se lhe confere particular encargo. Igual dependência de todos, ou igual sujeição de todos. O mais alto grau imaginável da igualdade – o comunismo –, porque ele pressupõe a opressão de todas as inclinações naturais, é também o mais alto grau da servidão. A realização da liberdade satisfaz ao mais nobre impulso do coração e da consciência humana; a realização da igualdade só pode satisfazer ao mais baixo dos sentimentos: – a inveja. Que uma e outra não se harmonizam, que são exclusivas e repugnantes entre si, prova-o de sobra a Revolução Francesa, que, tendo começado em nome da liberdade, degenerou no fanatismo da igualdade, e reduziu-se ao absurdo nas mãos de um déspota. O povo francês assemelhou-se então a uma cidade que se submerge, só ficando de pé uma torre enorme, no meio do lado imenso: – a figura de Napoleão! Estava assim, da melhor forma, o ideal de Mirabeau: – *la monarchie sur la surface égale*. Os indivíduos, ou os povos, que esquecem a liberdade por amor da igualdade, são semelhantes ao cão da fábula, que larga o pedaço de carne que tem na boca, pela sombra que vê na água de um rio.

Estas palavras bastam, senhores, para vos fazer compreender qual é neste sentido o meu modo de pensar. Quanto à fraternidade, francamente vos declaro que a considero mais um conceito religioso do que um conceito político. Dentro dos limites em que pode ser realizada, ela não é o sacrifício da pessoa, pela qual se recebe uma bofetada, e oferece a face para receber segunda, mas é somente a união de todos numa mesma ideia, num mesmo sentimento – a ideia da pátria, o sentimento do direito. E destarte exercida, a fraternidade torna-se fecunda, porque conduz à conquista da liberdade, pondo de parte os sonhos extravagantes de uma igualdade impossível.

Entretanto podeis perguntar-me: como se há de fazer que cheguemos ao alvo que nos propões, nós outros homens do quarto

pela maior parte, do terceiro e segundo estados, operários, artistas, homens de letras, que nada temos, que nada somos, visto como os nossos direitos se acham sequestrados nas mãos de meia dúzia de felizes, constituídos nossos depositários? A pergunta seria grave, porém teria resposta. É certo que, a despeito de todas as aparências e exteriores constitucionais, a sociedade brasileira em sua generalidade, e mais visivelmente, em particular, num ponto dado, é uma sociedade de privilégios, senão criados pela lei, criados pelos costumes, de cujos dislates a lei é cúmplice, não lhes opondo a precisa resistência. Debalde se fala de *uma indistinção civil*, a não serem as diferenças produzidas pelos talentos e virtudes, quando verdade é que o talento e a virtude não servem para marcar distinção entre os indivíduos, considerados como frações sociais. O *denominador comum* é a fidalguia, ou o seu sub-rogado – o dinheiro.

É certo que a nossa população se acha dividida não somente em classes, mas até em castas.

E não só em castas sociais, como também em castas políticas, quais são sem dúvida os dois partidos, que se disputam o poder dos quais o domínio de um é equivalente à perseguição do outro, modificada apenas pela infâmia dos renegados e dos trãnsfugas. Tudo isso é certo, senhores; e aqui acode-me a lembrança de um fato que serve ao assunto: – quando, há dez anos, foi nomeado bispo de Pernambuco o Sr. Cardoso Ayres, de *glorioso esquecimento*, como são todos os bispos, finados e por finir, na sua primeira pastoral, escrita em latim, dirigiu-se a seus diocesanos, sob a tripla categoria de clero, nobreza e povo – *clero, optimatibus et populo*, senão *plebí*; e esta classificação provocou a censura pública. Devo confessar que ainda hoje não compreendo uma só palavra das críticas e reclamações que ela teve o poder de suscitar. O bispo que estava em Roma conhecia melhor as nossas coisas do que todos os reclamantes. O Brasil era então, como é e continua a ser,



isto mesmo: um clero privilegiado, o qual, não obstante haver um salário do seu trabalho, não obstante receber por uma *capela de missas* tanto quanto nem sempre o advogado recebe por uma causa, nem o pequeno negociante ganha na feira de sábado, nem o artista lucra com os seus artefatos, todavia não paga imposto, como tal, bem que a sua indústria, sendo altamente rendosa, nada sofresse em contribuir com um centésimo dos proventos para as despesas comuns. Depois do clero, uma nobreza *feita à mão*, pela mor parte estúpida, pretensiosa, e ainda pior que a clerezia, pois que esta, ao menos, não manda açoitar os cidadãos, nem prendê-los no tronco dos engenhos.

Não falo da classe econômica propriamente dita, porque a sua vida se limita a uma *luta pelo capital*, e nada tem que ver com as nossas lutas *pelo direito*. Após então vem o povo, o povo triste e sofredor, em cuja frente, não poucas vezes, junto ao estigma de infelicidade por cúmulo de miséria, a sorte imprime também o estigma da ingratidão; o povo que é o número, mas um número abstrato, um número que não é força; – perseguido, humilhado, abatido, a ponto de sobre ele os grandes disputarem e lançarem os dados, para ver quem o possui, como os judeus sortearam a túnica inconsútil do mártir do Calvário.

Não exagero, senhores, – é a verdade. O povo brasileiro, ou mui restritamente o povo da Escada, é tido na conta de uma coisa apropriável, se já não apropriada. Quereis uma prova entre muitas? Eu vo-la dou; reparai bem. O ano passado, quando se tratava da qualificação dos votantes desta paróquia, nessa época de baixeza e picardia, que hoje, porém, já não me espanta, porque depois disso tenho aqui mesmo testemunhado mais negras misérias, haveis de estar lembrados que os dois partidos em contenda, para mostrar qual deles tinha por si a maioria, levaram à imprensa, com uma ingenuidade infantil, somente a apreciação do *número dos engenhos!*... – “Há mais engenhos do lado dos liberais”, diziam



estes. “Nem tantos, como alegam”, diziam os conservadores, e acrescentavam: “Se os liberais têm alguns engenhos de mais, os dos conservadores, em compensação, são mais extensos, mais povoados, mais ricos”... Eis aí.

Quereis melhor? Se isto não era uma questão de *fábrica*, isto é, de maior número de bois, cavalos e escravos, inclusive os cidadãos votantes, já sei que as palavras perderam o seu sentido, ou eu perdi o uso da razão. É pois evidente que, pela própria confissão das partes, está criada na Escada uma *açucarocracia*, a qual se julga com direito à posse de todos aqueles que vieram tarde e não encontraram um pouco de terra para chamarem sua, e dentro desse domínio manejarem sem piedade o *bastão da prepotência*...

Tudo isso, repito, senhores, é de uma clareza solar; de tudo isso estamos inteirados por amarga experiência. Porém é certo que não devemos desanimar. O processo da ação do povo, se me é lícito assim expressar-me, para adquirir a posição perdida, é sumário: – uma espécie de interdito *unde vi*, em matéria política. Ainda não passou ano e dia para intentá-lo – se é que o povo não prefere usar do meio que as leis permitem aos *esbulhados da posse* de coisas materiais, e que seria absurdo não permitir igualmente aos esbulhados de coisas mais sagradas que uma jeira de terreno, se é que já não chegamos àquele estado de vilania e transtorno dos conceitos morais, em que a vida é preferível à honra, e a propriedade preferível à vida. Esta linguagem eriça cabelos; a mais de um *amigo da ordem* pode ela parecer o cúmulo da extravagância; e todavia, senhores, este meu vinho tem água, não é dele que se costuma beber nos festins da Democracia. Seja, porém, como for, não hesito em declará-lo; – o povo da Escada, a quem ora me dirijo, deve pôr-se fora da tutela. Tomando conta de si mesmo, e contestando aos poderes a faculdade de disporem desta cidade, como de uma *filial* das suas fazendas, cumpre-lhe erguer-se à altura de

um poder, com que eles devem contar, em bem ou em mal, e não continuar a ser um algarismo mínimo, um *milésimo* de força, cujo erro não lhe perturba os cálculos. Ao povo da Escada importa convencer-se de que ele não tem para quem apelar, senão para o seu próprio gênio, que não é o da resignação e da humildade. Importa convencer-se que ninguém se lembra dele, ninguém por ele se interessa. Os magnates do município, por mais que finjam o contrário, não escapam à censura de serem todos acordes no tratar com desprezo a esta localidade. Sirva de prova o fato extraordinário de não haver um só proprietário do termo, qualquer que seja o seu grau de riqueza, que possua dentro da cidade um prédio, digno de si, relativo à sua posição e à influência que porventura queira ter. Não há um único, sequer, que tenha aqui edificado, nem em grande nem em pequena escala. Muitos até existem, que contam nos dedos as vezes que têm vindo à sede do município, e ainda fica dedo desocupado para uma pitada de rapé.

Esse fenômeno singular e significativo, creio eu, não se repete em outro lugar, pelo menos com tão claro propósito de desdém votado à população da cidade. Seria fútil e desprezível a objeção que me fizessem, alegando que as despesas da edificação da nova matriz correram quase todas por conta desses mesmos proprietários. Nenhuma dúvida: porém, o que importa? Uma questão de *bigotismo*, senão antes de alardo pecuniário, ou de simples consideração ao burel de um capuchinho.

Não vos iludais, senhores. Em assunto de popularidade, de homens dedicados à causa popular, a experiência está feita; e sou tentado a dizer-vos, como o francês H. Beyle: – *J'invite à se méfier de tout le monde, même de moi...* – Aconselho-vos que desconfieis de todo mundo, até de mim mesmo. Confiai somente em vós, que releva levantardes a frente, nos vossos esforços, que é mister multiplicar, no vosso caráter, que é preciso reformar.



O município da Escada, e como ele, a província, e como a província, o país inteiro, anseia pela vinda de qualquer grande acontecimento. Não sei qual ele seja, mas ele há de vir.

Não sou judeu para crer no Messias, nem tenho a ingenuidade dos primitivos cristãos para acreditar na *parousia*; mas sou filósofo em confiar nas leis da História, que regulam o destino dos povos; e essas hão de também cumprir-se entre nós. Os cometas não percorrem uma mesma órbita, e as nações não seguem um mesmo caminho. Do país em geral se ergue como que um susurro de imprecações e lamentos, é o naufrágio que se aproxima. Nada de bater nos peitos, nem de pedir misericórdia. Ninguém nos socorrerá, se o socorro não vier de nós mesmo. Abram os braços de nossos prejuízos, de nossas reservas, de nossos temores, e sejamos um povo livre.

Sim, meus senhores, é a liberdade que nos falta; não aquela que se exerce em falar, bradar, cuspir e macular o próximo, porque esta temo-la de sobra, mas aquela que se traduz em atos dignos e meritórios. Informa-nos escritor competente que no pórtico da nova casa do parlamento alemão existe, entre outros, o retrato do célebre deputado liberal, Carlos Mathy, debaixo do qual se leem as seguintes palavras suas: *A liberdade é o preço da vitória, que adquirimos sobre nós mesmos.* – É esta, senhores, que deve provocar os nossos anelos, é desta que carecemos: o preço da vitória adquirida, não tanto sobre um governo maléfico e execrável, como antes sobre nós mesmo, sobre os nossos desvarios, e a nossa facilidade em deixarmo-nos intimidar, ou seduzir, pela tentação dos seus demônios.

Entretanto, eu tenho, nesse sentido, sombrias apreensões. Talvez já seja tarde para consegui-lo. Notai bem: tarde e não cedo. Não pertenço à escola dos teóricos pacientes, que julgam o povo ainda não maduro para a liberdade. Como se fosse possível



aprender a nadar sem meter-se dentro d'água, ou aprender a equitação sem montar a cavalo! – Dislates iguais aos dos que querem que o povo passe por um tirocínio da liberdade, sem aliás exercê-la.

O que me causa apreensões é o contrário disso. Receio que conosco suceda o que se deu com a mais robusta encarnação do bizantinismo moderno: o império de Napoleão III.

Esse infeliz regime teve duas fases: uma de marcha em linha reta, na senda do despotismo, sem transigir, nem tergiversar – foi a época da ascensão ao seu apogeu: outra de decadência e enfraquecimento – foi a época das concessões e tentativas liberais, que durou até a queda final do império e o desastre da nação.

De 1825 a novembro de 1860, que é a data do primeiro decreto, onde o despotismo dignou-se de encurtar o diâmetro, e daí, de concessão em concessão, isto é, de fraqueza em fraqueza até 1870, quero dizer até Sedan!... Semelhante fato, senhores, confirma a seguinte verdade: – que qualquer governo corre o risco de cair quando mente aos seus princípios e torna-se incoerente – assim como que uma nação, por força do absolutismo, pode chegar ao estado de incapacidade para um regime livre. Desconfio que o nosso *Libertas quae sera tamen...* será de todo inútil. O Brasil já faz a impressão de um menino de cabelos brancos. Estamos estragados. Quando aprover ao Imperador conceder-nos um pouco mais de ar, não será fora de tempo, não estará tudo perdido, até mesmo a honra? Tenho medo!... Não há razão para estranhardes o paralelo. Se existe alguma diferença, é só de desvantagens para o nosso lado. Poucos anos antes da queda do Segundo Império, dizia dele um pensador político da Alemanha, que sem embargo da Constituição, sem embargo de um senado e corpo legislativo, o que tudo não passava de maquinismo *burocrático*, o governo napoleônico não era mais do que um puro absolutismo, *temperado pelo temor das bombas de Orsini*.

Muito bem. O escritor disse a verdade, não, porém, toda a verdade. Não era somente o temor das bombas de Orsini que temperava o governo de Napoleão, o qual se pudera chamar o *socialismo no trono*. Era também o amor das classes necessitadas, a contínua atenção prestada aos interesses do quarto estado, ponto este que sempre constituiu o pensamento diretor do novo bonapartismo.

Sim, o governo absoluto de Napoleão era ainda temperado pelas *sociétés de secours mutuels*, pelas *cités ouvrières*, pela *société industrielle* de Mulhouse, era ainda temperado pelos *fourneaux* do príncipe imperial, que forneciam comida aos trabalhadores por baratíssimo preço; pelos banhos gratuitos da capital; pelo *Grand Café Parisien*, levantado à porta de São Martin, confinando com os quarteirões dos operários, no qual o homem pobre, por poucos soldos, à luz de candelabros e num divã de veludo, podia tomar seu *petit verre...* Entretanto, nós outros o que é que temos? Também um puro absolutismo, apenas, porém, temperado... pela *batalha de Avaí*, pela *Fosca*, pela bancarrota do Estado, pela corrupção dos ministros, pela *miséria* do povo e as *viagens* do rei. Ou será que vós ao menos vós, cidadãos da Escada, tendes motivos de vos julgardes felizes? Vós que dificilmente adquiris o pão quotidiano, com o suor do vosso rosto, vós a quem é aplicável, bem como à maioria do país, o que uma vez disse Gladstone da sua Inglaterra: – Em nove casos de dez, a vida não é mais do que *um combate pela existência!* E que combate! Um combate com a natureza, que não raro se vos mostra cruel; um combate com a sociedade, que se vos opõe não menos madrasta; um combate com o capital, que vos olha desconfiado, e não se digna de animar-vos, um combate com o Estado, que multiplica os impostos, aumenta as dificuldades, toma as vistas do futuro; e desta quádrupla luta é que têm de sair os meios de viver e educar os vossos filhos!... Eu não sou socialista: não encaro o número dos que cuidam poder, com um traço de pena, extinguir os males humanos, quase irremediáveis. Mas

também não faço coro com a escola Manchester; não penso que a pobreza é sempre o castigo da preguiça econômica, e que, como tal, qualquer medida de socorro ou alívio para ela importa premiar os inertes e preguiçosos. Alto e bom som se diz que a Escada é riquíssima, que é um dos mais ricos municípios da província. Quero crer que seja assim. Porém não é estranhável que, sendo o município tão abastado, ofereçam aliás os habitantes da cidade, por este lado, aspecto pouco lisonjeiro? Para as vinte mil cabeças da população de termo, esta cidade contribui com três mil, pouco mais ou menos. Sobre estas três mil almas, ou melhor, sobre estes três mil ventres, é probabilíssimo o seguinte cálculo:

90 %	de necessitados, quase indigentes.
8 %	dos que vivem sofrivelmente.
1 1/2 %	dos que vivem bem.
1/2 %	de ricos em relação.
<hr/>	
100 %	

Semelhante quadro, que pode pecar por excesso de cor-de-rosa, não é todavia apto para dar do nosso estado econômico outra ideia senão a de um pauperismo medonho, quando muito, moderado pela esperança de uma *sorte* de loteria. Nesta triste conjuntura, o que faz o Estado, o que faz a Província, o que faz a comuna, em favor da população, para diminuir-lhe os obstáculos e facilitar-lhe o trabalho? Nada mais nem menos do que sobre o costado da besta, já caída de fadiga, arrumar mais alguns quilos, a fim de ajudá-los a erguer-se. O Estado e a Província sugam anualmente deste município sem falar de outros canais, e só do que corre pelas duas coletorias, de 25 a 30 contos de réis. Eis o que vai no refluxo. Vejamos agora o que vem no fluxo: 10 por cento dessa quantia, que se gasta com a magra instrução pública; 15 por cento, com a justiça e

seus apêndices; 20 por cento, com a polícia, 1 a 2 por cento, com o artigo – religião; e o resto, a saber, mais da metade, vai perder-se em outras plagas, sendo ainda para notar que as despesas com a polícia local são as únicas que trazem um resultado prático e sensível, pois que o cidadão, em muitas ocasiões, recebe no lombo a benéfica bancada do *réfe*. Por sua vez a municipalidade exercita, com o mesmo zelo as suas funções exaurientes, e não se sabe, em última análise, em que se emprega a sua receita. Por toda parte, pois, e sob todos os pontos de vista os mesmos sintomas mórbidos, as mesmas ânsias, a mesma angústia. As consciências como que perderam o centro de gravidade moral, e balançam-se inquietas em busca de um apoio. A instrução é quase nula, à medida que também é nulo o gosto de instruir-se; e temos em casa o exemplo. Acabais de ouvir que o dispêndio feito com as escolas desta cidade é muito inferior ao que se faz com a polícia: sinal evidente de atraso intelectual. Não se limita a isso. Segundo a opinião de competentes, a proporção regular entre o número de habitantes de um lugar e o das pessoas que devem frequentar a escola é de 12 a 15 por cento, se esse lugar quer ter o título de adiantado. Ora, dos três mil espíritos, que dissemos haver aqui dentro, 4 por cento e alguns quebrados é que se encontra realmente de frequência em cinco casas de instrução que existem, sendo somente 7 por cento o número dos matriculados!!!... Vê-se, pois, que ainda entre nós há uma certa má suspeita contra a arte *diabólica* de ler e escrever, para servir-me expressão do italiano Aristides Gabelli.

Juntai esse aos demais fenômenos da nossa decadência.

O *Clube Popular Escadense*, meus senhores, não nutre a pretensão, que seria ridícula, de vir levantar um dique de resistência contra a corrente de tantos males, cujo ligeiro esboço acabo de fazer; mas tem o intuito de inculcar no povo desta localidade um mais vivo sentimento do seu valor, de despertar-lhe a indignação contra os opressores e o entusiasmo pelos oprimidos. E há

momentos, já disse com razão alguém, há momentos em que o entusiasmo também tem o direito de resolver questões...

Tenho concluído.

Nota A

... à luz mortiça de velhas frases consagradas
ao culto aparatoso dos ídolos do dia.

Refiro-me, como é fácil de compreender, a essa mania, tão comum entre nós, de *fazer efeito* e conquistar popularidade, por meio de um certo número de palavras *místicas*, tanto mais sedutoras quanto mais obscuro é o seu conteúdo, que se tornaram estereotipadas nas mãos da mediocridade.²

A *liberdade*, esta néctar espumoso dos sonhadores políticos, que aliás agrada mais pelo cheiro do que pelo sabor – a *república*, esse fruto do paraíso, mais precioso por fora do que por dentro, que tem casca de *ouro* e miolo de *prata* – o *povo soberano*, os *direitos do homem*, a *revolução* e todas as mais *tolices sacramentais* da retórica tribunícia, já perderam aos meus olhos, como frases natas para arranjar uma *figura* e arredondar um período, o seu antigo e celebrado encanto.

Bem sei que, assim pensando, arrisco-me a desmerecer perante o juízo de uma boa parte do público legente. Ainda hoje é verdadeira, nomeadamente entre nós, a receita prescrita pelo poeta:

*Voulez-vous du public captiver le suffrage,
Du mot de liberté soupoudrez votre ouvrage.
Ce mont magique et, cher fait pétiller d'esprit
L'ouvrage le plus plat et le plus mal écrit.*

² As notas, em ordem alfabética, que vão adiante, foram extraídas da edição, em separata, do *Discurso em mangas de camisa*, publicado pelo autor em 1879, em Escada, Pernambuco.

Todavia não obedeço ao gosto predominante. No discurso que aí fica, o leitor terá muitas ocasiões de notar-me alguma frieza, desejar aqui mais um ímpeto, ali mais entusiasmo, porém nunca me pegará em flagrante delito de palavreado estéril, calculadamente talhado para embair os simples.

Nota B

...“A todos cabe o mal da humanidade etc”.

É a tradução, um pouco livre, dos seguintes versos alemães:

*Das Uebel, das auf der Menschheit ruht,
Ist eine gemeinschaftlicce Last;
Was du davon auf dich genommen hast,
Kommt als Erleichterung Andern zu gut.*

A quadra que pude fazer, se não tem o cunho de um *traduttore*, não tem também o de um *traditore*. A feição do pensamento contido no original não foi alterada; – e isso me basta.

Nota C

Sobre uma trilogia célebre

... menos que tudo, a célebre trilogia:
“liberdade, igualdade e fraternidade”...

É mister, senão coragem, sem dúvida, um certo despego dos prejuízos correntes para ousar dizê-lo: – esta fórmula pomposa da metafísica poética, este dogma imponente, sedimento de tempos que já escoaram, os túrbidos tempos da razão-pontífice, com sua



infalibilidade e vice-deidade papal, não pertence mais aos nossos dias. É como cédula de papel-moeda retirado da circulação, cuja cifra pode apenas mostrar um *valor que outrora teve*, formando, porém, contra aquele nas mãos de quem porventura ela se encontre, um documento de desleixo, velhacaria ou estolidez.

Liberdade, igualdade e fraternidade!...

São semelhantes a um desses grupos das chamadas *estrelas triplas*, que nos parecem extremamente aproximadas umas das outras; e todavia... que larga distância não medeia entre elas? – Nada demonstra mais vivamente, do que esta *tríade* inarmonizável, a verdade contida nos versos de Schiller:

*Leicht bei einander wohnen die Gedanken,
Doch hart im Raume stossen sich die Dinge*
“Facilmente uns com outros se acomodam
E habitam, sem chocar-se, os pensamentos;
Porém no espaço as coisas se abalroam.”

A teoria é sempre franca e generosa, a prática, sovina e mesquinha. Como um rico e avaro banqueiro, que não aceita os saques de seu sócio perdulário, a prática não dá razão aos sonhos da teoria. E se há uma dessas ilusões teóricas de que se pode dizer com segurança que a experiência está feita, que no fundo do crisol, em vez do metal precioso, só ficou a borra, é justamente a teoria em questão. Uma coisa única resta a admirar: – é que, a despeito de todos os desmentidos da realidade, esse trifólio antitético do *messianismo* político francês, singular mistura da razão e da imaginação, verdadeiro produto da fantasia céltica, saído da mesma forja que os romances de Júlio Verne, conte ainda, como de fato, seus fanáticos seguidores. Entre nós, pelo menos, é incontroverso que, para fazer *ato de liberalismo*, importa andar repetindo, a todo propósito, estas três frases inanes, com ares, aliás, de quem decifra



as palavras fatídicas do festim de Baltasar. Mais de um *evangelist of waste*, cujo símbolo não é o leão de Lucas, e tampouco a águia de João, porém o macaco, vive ainda a doutrinar o pobre povo nos santos mistérios da mágica trindade, que forma o fundo *culto da Revolução...*

Já era tempo de não haver mais um espírito, na classe mesma dos parcamente instruídos, que se deixasse tomar de admiração e interesse pelos *idola fori* dos galicistas políticos. Já era tempo de zombar do doutrinaramo revolucionário, como coisa anacrônica e de todo inadequada aos nossos dias; – já era tempo, em suma, de acabar com as ilusões da *escatologia* social dos modernos profetas, e reunir com Giuseppe Giusti, o célebre satírico italiano, num só feixe de promessas impossíveis, de pretensões ridículas,

– *la concordia, l'eguaglianza,*
L'unità, la fratellanza
eccetera eccetera. –

Mas a magia da parolagem, entre nós sobretudo e a despeito de tudo, não perdeu a sua influência. Com razão disse F. Zölner que o grau de veracidade e capacidade dos indivíduos, bem como dos povos, se mede pela extensão em que a sua linguagem é dominada pela *frase*. Porquanto, acrescenta o grande astrônomo filósofo, onde a *frase* se apresenta, a verdade cobre silenciosa a cabeça, e retira-se espavorida (*Ueber die Natur der Cometen*). – Nós estamos bem no caso de oferecer matéria para verificar-se uma tal observação.

Entretanto, é sempre de esperar que não deixará de vir o dia das desilusões – e aqueles mesmos nos quais hoje a expressão sincera da realidade das coisas, apreciadas em sua prosaica nudez, produz impressão igual à que produz no touro enfurecido o lenço

vermelho do toureador, curvar-se-ão, por certo, à onipotência dos fatos. O que presentemente se repele como estranho e absurdo mais tarde não passará de uma verdade vulgar.

Schopenhauer já o disse: – o destino de toda e qualquer ideia, máxime das mais importantes, é que à verdade está reservado ter somente uma curta celebração de vitória, entre os dois longos espaços de tempo, em que ela é condenada como *paradoxo* e desprezada como *trivial*.

Nota D

A propósito da Revolução Francesa

*Prova-o de sobra a Revolução Francesa,
que, tendo começado em nome da liberdade,
degenerou no fanatismo da igualdade e reduziu-se
ao absurdo nas mãos de um déspota.*

Apresso-me a ir de encontro a uma ideia falsa, que o leitor pode formar, julgando-me, por essas palavras, *um dos muitos* para quem a Revolução Francesa é o resumo de toda filosofia da história, e que nela, somente nela, bebem ensinamentos e exemplos de alta sabedoria política; – ideia que, além do mais, teria a desvantagem de pôr-me em contradição com as vistas manifestadas na nota antecedente.

Com efeito, se não pertenço à escola retrógrada e obscurante dos sicofantas do passado, os quais de convicção, ou por capricho, ainda hoje se benzem à lembrança de 89, também não aumento o número dos *idiotas* da liberdade, que só veem na Revolução Francesa um ato providencial, uma emenda feita ao Gólgota, uma segunda redenção, e como tal o começo da verdadeira história

da humanidade. Não sei se estou acima ou abaixo desses dois diversos modos de intuição – mas sei que estou fora deles. Não se lê impunemente, nesse sentido, as investigações de um Sybel, as páginas de um Treitschke: – eu já não creio em bênçãos divinas, que nos viessem dos tempos do *Brumaire*, ou *Thermidor*... A chamada Revolução Francesa, que o professor Luigi Settembrini, de Nápoles, em suas *Lezioni di Letteratura Italiana*, exige que seja, e prova que deve ser tida como *revolução latina*, a qual se preparava, havia já tempos, no seio dos povos da mesma raça, e foi realizada pelo ímpeto da França – esse grande entre outros grandes acontecimentos do mundo moderno não contém em si coisa alguma de enigmático ou misterioso, e bem pouco encerra de poético e venerando. Não é aqui o lugar de entrar em longos detalhes sobre esse ponto, na sustentação de um modo de ver que destoa dos prejuízos aceitos, que é um golpe dado na raiz da opinião dominante. Mas importa deixar acentuado: – a França, que tem sido, neste século, muitíssimo fecunda em construir *Filosofias* de tudo, da mesma forma que a sua *Exposição Internacional* do corrente ano foi fértil de Congressos sobre todos os assuntos, desde o que teve por objeto o direito das mulheres até o que se ocupou do direito dos cavalos e seus irmãos em sofrimento; a França que sabe filosofar *de omnibus et quibusdam aliis*, e tanto que lhe devemos até uma *Filosofia da Miséria*, que aliás somente serviu para pôr em relevo, como mostrou Karl Marx, a *miséria da Filosofia*; a França, enfim, que pouco falta se lembre de nos dar também a *Filosofia da Insensatez*, para ocupar lugar de honra entre as suas *Filosofias*... do *Direito Penal*, do *Direito Eclesiástico et reliqua*, mentiria à sua missão humanitária e civilizadora se não tivesse igualmente o seu sistema acabado, a sua *Filosofia da Revolução*, escrita nos livros e implantada nos espíritos.

É pois de encontro aos dogmas desta velha ortodoxia filosófico-política que eu me confesso incrédulo e rebelde. No estado

atual do seu desenvolvimento, a história dos povos modernos, principalmente dos povos da América, necessita de fatos mais importantes, de soluções mais profícuas, do que derrubar tronos e decapitar coroados. As exigências do século excedem muito e muito a medida das categorias estéreis de *direitos do homem e soberania do povo*.

A tudo isso – tenho por certo –, mais de um idólatra do país da moda, da gente azougradamente móbil, de quem já nos seus primeiros dias dizia Catão, que era distinta por duas coisas: *rem militarem et argute loqui* – o que exprime justamente *la gloire et l'esprit* dos tempos de hoje; – mais de um idólatra do país da moda – repito – abalará com desdém a cabeça. A razão é simples: – cabeças ocas facilmente se abalam. Mais o que importa? Eu não pertenço à classe dos felizes que, na expressão de Hartpole Lecky, compram a paz, o viver bem com todos, *à custa da verdade*; como não acho sempre digno de praticar-se o conselho de Goethe:

– *Sagt es niemand, nur den Weisen,
Weil die Menge gleich verhöhnet.*
Não digas a ninguém, somente aos sábios,
Porque o vulgo não sabe, e logo zomba.

Pelo contrário, é muitas vezes diante do vulgo mesmo que se reforça o dever de não calar-se as próprias convicções, não obstante os seus desdém, e até por causa deles. Demais, eu não creio viver em um mundo onde existem claramente assinaladas as duas distinções de *sábios*, a quem se fale, e *multidão*, com quem se tenha reservas. A este, de que faço parte, perfeitamente se acomodam as palavras de Maquiavel:

Nel mondo non é se non volgo.

Bem sei que, em semelhante meio, a posição do escritor, não atacado da geral *preguiça de pensar*, e que tem, portanto, alguma coisa a dizer, é igual à da rainha *Gandhari*, no conto indiano: – “O velho Rei *Dhribarashtra* era cego; tendo ele um dia de se apresentar em público junto com sua mulher *Gandhari*, esta veio de olhos vendados, para não mostrar-se melhor que seu querido esposo...”

É assim: – o escritor também necessita apresentar-se de venda nos olhos, voluntariamente cego e ignorante, para que esteja bem ao nível do seu *caro* leitor. A lenda indiana não diz que castigo teria *Gandhari* se aparecesse sem véu no rosto; – mas sabemos qual é o que aguarda o escritor desponderado, que *ousa* ter uma ideia de mais, não bebida na fonte comum do seu honrado público; é o ridículo, esse martírio da época, na frase de Pelletan, porém que entre nós outros – e é isso o que me anima – ainda não foi exercido com eficácia, não pôde ainda realmente contar, nem sequer um mártir, graças ao desazo e estupidez dos carrascos.

Nota E

A fraternidade é simples conceito religioso

Quanto à fraternidade... considero-a mais um conceito religioso do que um conceito poético...

O leitor atenda bem: – um *conceito religioso*, e não um *conceito moral*.

O sentimento, que faz ver na humanidade uma só família, se é que ele de fato existe, não pertence à esfera da moralidade. As ações humanas como tais, aquelas mesmas que demandam mais abnegação e esquecimento de si próprio, que mais engrandecem o homem ante a sua consciência, não têm como base, como motivo primordial, o amor e dedicação ao *gênero humano*, o qual, em



última análise, não passa de uma espécie de notação algébrica, de uma quantidade abstrata, de que se faz uso unicamente por comodidade da linguagem. A moral nada tem que ver com os desvarios de espíritos ligeiros, que se afiguram, sob esquema da *fraternidade*, uma ordem natural e racional das coisas, em que o gato se concilie com o rato, e o lobo com o cordeiro. O *non sibi sed toto genitum se credere mundo...* não é um princípio de moral humana, uma norma de ação de homens que vivem e amam a vida, mas um sublime paradoxo de bárbaro estoicismo, que julga vingar-se das misérias da humanidade, dando-lhe a resolver problemas impossíveis.

Os apóstolos da *paz universal*, os capuchinhos filosóficos da *fraternidade humana*, iludem-se de todo, se é que, pelo contrário, não querem iludir. – “Eu nutro muita piedade, dedico muito respeito aos meus parentes reais”, diz Fritzjames Stephen, “para que ouse dar o nome de irmãos a todas as criaturas humanas, das quais não poucos merecem o meu desprezo e o meu ódio. O gênero humano é tão numeroso, tão cheio de diferenças, tão pouco conhecido do indivíduo, que ninguém pode, sem mais outro motivo, amar a raça inteira, como uma parentela. Os fanáticos da humanidade, no melhor dos casos, trazem na mente apenas fantasmas, a que nada corresponde de real e positivo...” – A isso junta-se uma outra consideração, não menos digna de nota – é a seguinte: no dia em que a humanidade constituísse uma só família, segundo os votos dos seus profetas, deixaria ela de existir, porque, desaparecendo a luta, desapareceria também o ímpeto da vida. Os povos têm cada um o seu alvo, o seu fim a prosseguir; a humanidade, porém, não tem um *fim próprio*, e assim não pode perdurar e progredir, senão dividida em estados, nações e raças, que emulam, que se contradizem e lutam entre si. O desenvolvimento humano efetua-se por meio de contrastes, da mesma forma que o ponteiro do relógio avança pelos vaivéns de pêndula.



O *eu* da humanidade ainda não afirmou-se, nem pode jamais afirmar-se de um modo claro e determinado, por atos que expressem as forças e tendências, não de uma raça ou de um povo, porém da espécie inteira. Os *homens representativos*, são-no somente dessa ou daquela nação, numa ou noutra época dada. A humanidade como *todo*, como sistema orgânico, não teve até aqui, e nunca terá um *representante*. Aquele mesmo, de quem se diz que viera remir o gênero humano do *cativeiro do diabo*, posto que ainda a esta hora mais de um *demônio* conserve cativo o pobre Adamide, não foi senão a personificação de tudo que de brilhante e admirável existia no povo israelita e se havia, por muitos séculos, acumulado em sua história. Jesus foi um *representante*, sem dúvida – o maior –, eu concedo, que se pode oferecer aos nossos preceitos; mas o foi unicamente da sua nação, como foram Alexandre entre os gregos, César entre os romanos, Dante na Itália, Lutero na Alemanha, e raros outros fenômenos da grandeza moral e intelectual dos povos.

O princípio da individuação, que é o princípio fundamental de todos os seres, não abrange a humanidade, quero dizer: a humanidade não é um indivíduo, *scilicet*, uma força ou conjunto de forças, que cooperam para um único escopo, consciente ou inconsciente. Tampouco pode existir uma *união*, uma *fraternidade humana*, como existe uma *história humana*, uma *língua humana*. Bem que se diga – e realmente seja aceitável – que o homem é um *ente histórico*, esta verdade não deixa de sofrer, todavia, suas restrições. Porquanto, sem elas, qual viria a ser, por exemplo, a *historicidade* do papua ou do esquimó, e de tantos outros *resíduos* inúteis ou *esboços* desprezíveis, que ficaram fora da ação do geral processo evolutivo?

Não nos iludamos: – o conceito da humanidade é apenas uma categoria do pensamento, senão antes um esquema da fantasia, que nas almas estremecidas pode elevar-se ao grau de um



postulado do coração, um suspiro, um – *quem me dera!* – Quem nos dera, com efeito, que todos fôssemos irmãos, que como tais nos amássemos! Nada mais belo, sem dúvida. Mas também nada mais irrealizável. É um modo diverso de exprimir a fórmula vulgar da grande ilusão humana: – *quem me dera ser feliz!* – “A esperança de uma futura felicidade positiva da humanidade e, por força dessa esperança, a cooperação para o desenvolvimento do *todo*, forma o *terceiro estágio da ilusão*”, diz E. von Hartmann. É sabido que esse filósofo, o qual com Byron, Schopenhauer e Leopardi constitui, por assim dizer, o grupo dos quatro evangelistas do pessimismo, que entoam como tema o desolante – *vanitas vanitatum*, repercutido nas fortes palavras do sublime lírico italiano,

... *Arcano é tutto:*
Fourché il nostro dolor,...

é sabido, repito, que Hartmann dividiu em *três estádios* as ilusórias pretensões do homem; sendo pois o terceiro e último deles a aspiração fantástica de um *reino de Deus* na terra, no qual a dita suprema de cada um consistirá precisamente na suprema dita de todos.

Grandiosos sonho, porém sempre sonho!
E os fatos falam bem alto.

Que é feito do – *unum ovile et unus pastor* – que é feito do amor cristão, da caridade evangélica, da coesão fraternal entre filhos do mesmo sangue, do mesmo pai, *que está nos céus?* Que é feito do grande templo no *Oriente do vale de Josafat*, em um lugar onde *dominam a paz, a verdade e a união?* Magnífico ramalhete de *fables convenues!* O amor cristão tornou-se uma frase hipócrita, e o entusiasmo maçônico, uma bravata ridícula. A Igreja, que se diz órgão

do primeiro, prega o jejum e banqueteia-se, aconselha água e bebe vinho, ao passo que a *loja*, por sua vez, continua a ocultar dos olhos dos profanos o seu tremendo segredo, o qual consiste exatamente no seu... *nada fazer*. Não basta expor e figurar a humanidade, “como um *todo*, unido pelos laços de fraterno amor para um esforço comum traz tudo que é verdadeiro, belo e bom” – é mister, principalmente, organizá-la para esse fim. Mas... quais são, e onde estão os órgãos dessa aliança enorme?

A mais importante social, de que a história dá conta, depois do Império Romano, o catolicismo – espécie de árvore imensa que tinha a pretensão de espanejar o céu com as ramas e fazer na sua sombra acampar o exército, ou amalhar-se o rebanho de todos os povos da terra –, o catolicismo é, aos olhos de quem quer ver, o mais claro exemplo da improficuidade dos esforços empregados para *uniformizar* o gênero humano. Sem considerá-lo *le chef d’oeuvre politique de la sagesse humaine*, e julgá-lo dotado de um *génie eminentement* social, como ensina Augusto Comte, para cuja predileção e quase entusiasmo pela religião católica (entre parênteses) eu chamo a atenção não só dos devotos, que o condenam, sem conhecê-lo, mas também dos anacrônicos senhores positivistas, que o endeusam sem reservas e declaram em seu nome, contra a Igreja e os padres; – sem ir tão longe, como o velho profeta do *Comité positif occidental*, eu penso, todavia, que, se ao catolicismo não coube a dita de reduzir a humanidade a um só sistema de crenças e costumes, atitudes, ideias, sentimentos e ações, como explícita ou implicitamente estava contido no seu programa, nenhuma outra associação, religião ou política, o poderá jamais conseguir.

O que resta, pois, de todos os sonhos de eterna paz e harmonia entre os homens, de todos esses mundos fantásticos, formados nas nuvens, para habitação de felizes crentes, que se pretendem filhos dos deuses, e nessa presunção reclamam para sua espécie o



cumprimento de altos destinos: – o que resta de tudo isso é bem triste e pouco edificante: sempre o *homo homini lupus*, a refutar triunfante o *homo homini Deus*, persistindo verdadeiro, a respeito da humanidade, o que disse Scheffel da natureza em geral:

*Also löst in der Natur sich
Einfah, die sociale Frage.
Denn der Grosse frisst den Kleinen,
Und der Grösste frisst den Grossen,*

Pelo grande o pequeno é devorado.
E o grande do maior torna-se presa:
Simplesmente, destarte, se resolve
A questão social da natureza.

Nota F

*Uma questão de “bigotismo”, senão
antes de alardo pecuniário,
ou de simples consideração ao
burel de um capuchinho.*

Peço perdão a quem quer que, porventura, tais palavras possam ofender, na hipótese, aliás errônea, de importarem elas um menoscabo do digno missionário, que deu um exemplo a esta localidade. Nem eu mudei de opinião: permaneço firme na ideia, uma vez manifestada, de que ele prestou à religião, como a temos e a praticamos, um serviço relevantíssimo; e de tal arte, que a pequena parte oposicionista do público *rezante*, aquela mesma que criticou tão cruelmente a arquetônica do frade, *nolens volens* não deixa de ir à igreja capuchinha aliviar a angústia dos pecados, esquecendo assim, de dia em dia, o grande perigo de morrer



esmagada pelo teto e paredes da obra *malconstruída*, e fácil de desabar.

Não tenho a felicidade de ser um crente em regra, um daqueles que se deliciam, máxime depois do jantar, quando mais prazenteiro é o humor religioso, na doce contemplação das coisas divinas. À natureza esqueceu dar-me o estro, que faz os santos. Entendo tão pouco a linguagem das almas devotas, que me falam das puras efusões da vida hipersensível, como pudera entender as palavras de uma mulher, que me fizesse a narrativa das dores do puerpério. E se é certo o que disse Goethe, que o olho é um produto da luz, para ser então paralela e simetricamente exato, que a fé é um produto de Deus, eu devo confessar que até hoje esse órgão não se desenvolveu, ainda não me nasceu esse *segundo olho*. Mas também confesso que não me julgo, por isso, autorizado a duvidar da luz, que os outros dizem ver. A verdade não me nomeou seu intérprete privilegiado.

Bem quer, às vezes, parecer-me que descortino um mais largo horizonte do que o meu pio vizinho, a quem, de dentro da gruta, em que se deixou ficar – a gruta das duas crenças –, só é dado lobrigar um cantinho do céu. Bem quer, às vezes, parecer-me que a Igreja é um anacronismo e a sotaina, uma coisa lúgubre: como se os padres *trajassem luto por Deus!*... Porém curo-me logo de tal impiedade e recobro a consciência de minha ignorância; mesmo porque, no dizer do nosso povo, catolicamente educado, *os meninos sabidos não se criam*, e sendo a vida assim, por si só, uma prova de idiotismo – ponto este em que aliás o bom povo se encontra com mais de um filósofo –, eu tive a sorte de fazer parte dos idiotas – viventes.

Se não amo, pois, a Santa Igreja com o amor e dedicação de um filho estremecido, também não lhe quero mal, posto que a mim, bem como ao Dr. Fausto, pudesse a ingênua Margarida, com razão dizer:

– Zur Messe, zur Beichte bist du längst
nicht gegangen.

Há tempos que não ouves uma missa,
E aos pés dos confessor não vais prostrar-te

Desse modo compreende-se qual seja a minha atitude atinente às coisas da sacristia. Quando falo de templo e capuchinho, é como se falasse de teatro e ator, ou de quartel e soldado, *sine ire et studio*, objetiva, historicamente. Nem há lugar de supor-se que, referindo-me à construção da matriz desta paróquia, pretendesse opor ao sentimento religioso argumentos econômicos, e aludir ao desperdício de um capital considerável, empregado em coisa *improdutiva*. Isso já é um ponto de vista atrasado; e nada menos importa do que dar a palavra à economia política, para discorrer sobre assuntos que lhe são de todo estranhos. Tanto valera ouvi-la sobre a órbita dos planetas e o tamanho das estrelas.

É fácil perguntar: – o que *lucra* o povo com um templo? Mas também é fácil responder: – o que *lucra* o povo com tudo mais, que não é o templo? O teatro, por exemplo, dir-se-á, é uma necessidade pública, uma escola de correção e moralização. Vá que seja. Mas a Igreja é uma outra. Entretanto, aqui separo-me do católico leitor, que já vai talvez arregalando os olhos e querendo tomar-me por *um dos seus*. A necessidade estética, de que dá conta o teatro, não é mais profunda nem mais enérgica do que a necessidade religiosa, de cuja satisfação se ocupa o templo; e os crentes têm razão de reclamar para si o mesmo direito que reclamam os diletantes de todos os gêneros. Há somente um ponto a esclarecer: – é que no fundo de uma, como de outra coisa, existe apenas verdade subjetiva. A eficácia da religião, como meio de moralizar, prova tão pouco a realidade objetiva do seu conteúdo, como a influência

teatral sobre o desenvolvimento do chamado espírito público prova a verdade dos fatos, que no palco se representam.

Mas nem por isso são valiosas contra aquelas razões de conveniência, que aliás não vigoram contra esta. Ao economista e ao estatístico não é dado conhecer as modificações íntimas, que podem resultar de uma hora de espetáculo, ou de uma hora de devoção. Bem pode se objetar: – o povo sai do templo, e vai meter-se na lama do vício. Porém sai também do teatro, onde acaba de aplaudir edificantes cenas de heroísmo, e vai ainda cometer baixezas. Com o argumento econômico da utilidade, chega-se até a suprimir a cadeia, pela ineficácia, mil vezes provada, de sua ação moralizante sobre o ânimo do criminoso.

Por mais que se queira e ousadamente se tente, nunca se poderá extirpar o ideal da consciência e do coração do homem; e a forma sob a qual mais visivelmente o ideal se revela ao povo, é justamente a forma religiosa. Que a religião seja um desvario, um resultado de mau desenvolvimento cerebral, ou seja antes, como queria, e com bons fundamentos, o célebre niilista russo Miguel Bakhunin, um protesto da natureza humana contra as misérias e estreitezas da realidade ambiente, de modo que, cessando essas misérias, a religião não tenha razão de ser – pouco importa ao caso, e a verdade é a mesma: enquanto o povo encontrar no padre o que julga não encontrar no filósofo, e fizer da *hóstia* o seu único alimento espiritual, é bem inútil querer arrancar-lhe a doce e consoladora ilusão das suas crenças.

“A superstição religiosa”, diz ainda Bakunin, “não pode ser debelada por meio da instrução, por meio de associações, jornais e outros quaisquer instrumentos de propaganda... Para acabar com a religião, não basta a propaganda intelectual – é mister, junto com ela, a revolução social.” – Tão estranha quanto profunda e exatamente pensado! Com efeito: – derramai pelo povo a luz

que quiserdes, duplicai as escolas e centuplicai os mestres – mas deixai a sociedade no *statu quo* de uma organização viciosa; – e não tereis feito mais do que aumentar no povo o sentimento da sua penúria. A ciência é um alargamento da consciência: “Com a crescente cultura do povo”, diz Hartmann, “cresce também o seu desgosto da vida.”

Não há, portanto, razão suficiente, máxime entre nós, para ter-se a religião como dispensada do seu mister de iludir e consolar. Ainda por muito, e quem pode assegurar que não sempre? – o organismo social terá funções religiosas, e carecerá para elas de órgãos especiais. Enquanto o homem, encontrando neste mundo somente durezas, injustiças e misérias, criar-se por meio da fantasia um mundo melhor, uma como ilha encantada, onde ele irá repousar das fadigas e enjoos da existência –, a religião será, como até hoje, um fator poderoso na história das nações. É possível que mais tarde, e à proporção que o velho princípio da sabedoria, o *timor Domini*, for cedendo o passo ao *horror Domini*, a essa espécie de teofobia que acomete a mais de um espírito desabusado, sobretudo quanto os dois cavalos do coche da vida, a *receita* e a *despesa*, não fazem boa parilha –, é possível sim, que mais tarde a tragédia torne-se comédia, e o sério atual das nossas coisas sagradas não encontre justificação no ânimo dos pósteros; nem por isso é menos exato que, a esse tempo mesmo, perdurarão inegáveis os benefícios da religião. “Daqui a cem anos, qualquer escolar americano provavelmente considerará Brigham Young um arquitatante e o sacro livro dos mórmons a produção de um insensato; porém isso não destrói o fato de terem eles fundado uma cidade e deixado vestígios indeléveis na civilização do faroeste”. Assim se exprime Karl Frenzel, e a justeza do seu pensamento permanece idêntica, fazendo-se aplicação a qualquer outra seita religiosa.

Convençamo-nos enfim: – a religião é o que é: – uma inspiração do desconhecido, um alto pressentimento, uma necessidade, um arroubo da alma, e talvez também uma tolice, como diria H. Heine; mas isso ou aquilo, onde ela se manifesta sincera, a religião é inexplicável, irreduzível a uma fórmula intelectual.

Há oito anos, o autor destas linhas sobre igual assunto escrevia o seguinte, que pede permissão para repetir: “Não compreendemos o que seja uma alma desapegada de todos os fios invisíveis, que por momentos suspendem-na e balançam-na entre o céu e a terra. Não compreendemos a vida, sem o cheiro de alguma flor poética, de alguma ilusão mística, de que são isentos os mais valentes heróis da pura metafísica. *A verdade não é o único pão de que o espírito se alimenta; a verdade não é a única medida das coisas.* Quando esse *paradoxo* penetrar em nossas crenças, acabar-se-ão muitas lutas, porque a lógica saberá conter-se e não quererá dar lei nos domínios alheios... (*Americano*, n. 6, 1870).

Essas palavras, que tracei convicto, ganharam aos meus olhos tanto mais valor e significação quanto é certo que, anos depois, eu tive o prazer de ler a opinião quase idêntica, em uma obra do sábio professor Krönig. Diz ele: “Verdade e beleza, segundo a sua essência, nada têm que ver uma com outra. Muita coisa verdadeira não é bela; muita coisa bela não é verdadeira não é bela; muita coisa bela não é verdadeira. Da mesma forma que nos decidimos com inúmeras poesias e outras imagens da arte, podemos também deliciar-nos com muitas doutrinas religiosas, sem contudo julgá-las verdadeiras.” (*Das Dasien Gottes*, 1874.)

Confessando-me pois sem vista suficiente para descobrir ao longe, mesmo através dos mais perfeitos instrumentos da ciência, o que outros creem ver com facilidade, e a olhos nus; inteiramente ignorante dos meios de proceder a essa espécie de *análise espectral* da Divindade, que muitos executam no fundo das suas

meditações, e dela tiram o conhecimento da constituição fisiológica do Ser Supremo; nem por isso tenho a coragem de presu-
por nos meus semelhantes um aleijão moral, de considerá-los
deturpados por um *órgão de mais*, quando sou eu, talvez, quem é
defeituoso... por um *órgão de menos*.

Nota G

Opinião errônea

*Os cometas não percorrem uma mesma órbita,
as nações não seguem um mesmo caminho.*

Há aqui uma referência implícita errônea opinião, geralmen-
te acreditada entre nós, de que a história de um povo, sobretudo
em matéria política, possa servir de norma para as ações de um
outro. Assim vemos, ainda a esta hora, mais de um espírito culto,
ou pretendido tal, reportar-se, ora à França, ora à Inglaterra, ora
aos Estados Unidos mesmo, para ensinar a marcha regular do
governo monárquico brasileiro! E não raros chegam ao ponto de,
confundindo o fato com a lei, decretarem a queda do Imperador,
pela mesma razão e forma por que caíram *ex. gr.* Carlos X e Luís
Filipe!

Ora, não precisa dizer, quanto essa intuição é acanhada e pueril.

Cada povo tem a sua história, e cada história tem os seus fato-
res. Tampouco se encontram duas nações com o mesmo desenvol-
vimento, como dois indivíduos com a mesma feição. E mais que
tudo – a identidade da forma de governo assemelha tanto entre
si o destino dos estados como pudera, porventura, identificar-se
a sorte de dois homens pelo único fato de nascerem num mes-
mo dia, ou de... vestirem pano da mesma peça. “A observação do



que se passa entre as nações estrangeiras”, diz Leonhard Freund, “é realmente sempre instrutiva na medida, segundo a qual tudo que dá lugar a comparar-se, provoca a reflexão; não obstante, um povo qualquer pode tampouco aproximar-se, com vantagem, de alheias experiências, como pode um indivíduo. Porquanto, em última análise, só se sabe e só se crê naquilo que se procura por si mesmo, que se tem inquirido e experimentado...”

Essa verdade tem as proporções de uma lei, a que nós outros brasileiros não poderíamos subtrair-nos. A esfera do mundo político não é recortada de meridianos e paralelos, nem admite *antícios* e *perícios*, que vivem debaixo do mesmo grau de latitude ou longitude, sujeitos à influência de um mesmo clima social. O que disse Goethe da história da ciência, que é semelhante a uma grande *fuga*, na qual, uma após a outra, se faz ouvir a voz dos povos, não se adapta com igual justeza à história da política. Ali se compreende a repetição e continuação do tema comum, aqui, porém, a coisa é diversa: – a um povo não é lícito repetir ou imitar, nem a si mesmo, sob pena de cair no baixo cômico, inerente a todas as caricaturas: “Ai dos imitadores, se diz na poesia; porém três vezes mais dignos de lástima os imitadores políticos; eles são o presente mais perigoso, com que a cólera dos deuses pode mimosear uma nação infeliz.” Não hesito em fazer minhas estas palavras de K. Krenzel.

Assim, em suma, eu creio que não é lançando mão do programa revolucionário desse ou daquele país, nem trajando alheia *roupa constitucional*, que poderemos jamais elevar-nos e engrandecer-nos.

Alexandre Humboldt chamou a Constituição inglesa *um produto oceânico*; nós seríamos ditosos se também aquela que nos rege pudesse porventura qualificar-se de *um produto selvático*. A lítica autóctone, ingênita ao caráter do povo, é a única eficaz e vantajosa, por ser a única, também, capaz de desenvolvimento.

Nota H

Sobre a liberdade

*A liberdade é o preço da vitória, que
adquirimos sobre nós mesmos...*

Nesse belo dito de Mathy há como que revérbero de um raio de Goethe: –

*Nur der erringet Freiheit sich und Leben,
Der täglich se erobern muss.*

Somente alcança liberdade e vida
Quem tem de as conquistar dia por dia.

E ainda aqui se reconhece a fonte de um pensamento similar do célebre israelita Luís Börne: “Ser livre é nada; tornar-se livre é tudo.” Com efeito, na luta prova-se a força; e a luta, por sua vez, desperta e produz a força. Como se vê, é isto ainda uma das formas da doutrina de Darwin, pela qual a liberdade mesma deixa de partilhar com Deus e o diabo a sorte de ser um sujeito, para quem não se acha predicado condigno, *um nome que só tem vocativo*, um grito, uma *interjeição*, para entrar nos domínios da experiência e ser no chamado mundo moral o que é, por exemplo (o leitor não se espante), a musculatura masculina, a própria barba viril no mundo físico: – um resultado de desenvolvimento particular, um produto também do *struggle for life* e *natural selection*, esses sedícios estribilhos do dia, aos quais, entretanto, a mesma sedicidade não é capaz de tirar o alto valor e profunda significação científica. Isso, porém, não só em relação à natureza e à sociedade, com quem o homem vive em perfeito combate, mas ainda em relação ao seu

mundo íntimo, frente a frente, com suas paixões, *vis-à-vis* de si mesmo. A liberdade é sempre uma conquista.

O que disse Schopenhauer da razão humana, a deusa da *filosofalha*, por ele desencantada e reduzida às proporções singelas de uma qualidade *feita* ou *adquirida*, assenta em cheio na liberdade, essa outra *deusa*, cujo culto idolátrico não tem sido menos perigoso, e não é hoje menos ridículo que o da sua orgulhosa irmã. Como a ciência da razão, a ciência da liberdade – e realmente pode se falar de uma tal – não é ainda o que devem ser todos os ramos do saber humano, uma ciência de relações, de verdades proporcionais aos fatos. Não é ainda, disse eu, e sê-lo-á algum dia, sem dúvida. O conceito da liberdade será um pouco mais tarde tão diverso da intuição hodierna quanto já hoje, em grande parte, é ele diferente das fórmulas sacramentais do velho catecismo liberal. Assim, afora os obstinados maníacos franceses, e mais alguns, ou embusteiros, ou parvos, de outras nações, que se associam ao *grupo francês* – para supor aqui, por instantes, realizado o sonho de Saint Simon e servir-me da sua expressão –, com exceção desses tais, cujo número aliás pouco revela que seja dúzia ou legião, ninguém mais fala nem crê nos prodigiosos efeitos de uma liberdade ideal. A natureza divina desse *verbo*, bem como a de Jesus, vai sendo posta à conta dos frenesis poéticos e das criações fantásticas.

Bem pode se me objetar: – E Stuart Mill?... Que dizer de Stuart Mill, cujo famoso livro – *On Liberty* –, que ele mesmo considerava a sua mais importante obra, é chamado o evangelho político do século XIX? E onde é que melhor já se entouou um hino à liberdade, como nós a sonhamos, como nós a quiséramos ter, do que nesse opúsculo de ouro?

A objeção é de peso, mas nem por isso irrespondível.

Ao falar de Stuart Mill e do seu livrinho exemplar, atualmente *mais elogiado do que lido*, eu sinto, por efeito não sei de que lei psicológica, virem-me à lembrança aquelas malignas palavras de

Henrique Heine: “O francês ama a liberdade, como sua noiva, o inglês, como sua esposa, o alemão, como sua avó.” À parte do que diz respeito à liberdade, *como esposa*, visto que Mill era inglês, era um filho leal, segundo Treitschke, “daquela classe média, legitimamente germânica, da Inglaterra, que desde os dias de Ricardo II, tanto no bem como no mal, por meio de um sério impulso para a verdade, como por meio de um *tenebroso e fanático zelo*, de preferência tem representado a vida íntima, o trabalho espiritual desse país”.

É pois assim: Mill amava decerto a liberdade, como sua mulher. Da mesma forma que a viúva Taylor, que morreu como senhora Mill, e cujo cérebro era de volume e peso ordinários, ele cingiu de uma auréola ideal, a ponto de lhe atribuir um gênio superior ao seu, de pintá-la como tão diversas. Pouco importa. Insisto na minha convicção: o publicista do *Essay On Liberty* e todos os seus discípulos pagaram também o fatal tributo às *paradoxias* da época, beberam também na taça *byrônica*, não menos do que, por exemplo, qualquer dos corifeus da *Jovem Alemanha*, da *Jovem Inglaterra* ou da *Jovem Rússia*, o licor agridoce da autonomia selvagem, da guerra aberta, contra a sociedade, suas barreiras de convenção, seus prejuízos tradicionais. O leitor reflita e responda então: quem foi que, neste século, afirmou primeiro, com mais franqueza e denodo, quem foi que mais vitoriosamente fez valer o *direito da subjetividade*, “até diante das forças infernais”, como diz Karl Elze? Sem dúvida o poeta inglês, não aquele...

*dont le monde encore ignore le vrai nom,
Esprit mysterieux, mortel, ange ou demon,*

na frase frívola de Lamartine – mas simplesmente o gênio revolucionário, o aristocrata vaidoso, o *sublime coxcomb*, segundo Hazlitt, que se sentia, como ele mesmo disse de Dante,



in the solitude of kings

Without the power that makes them bear a crown.

E o que foi, o que é pois toda a poesia *psicocêntrica* de Byron, senão puro individualismo, radicalismo puro? Não é ir muito além lançar à sua conta o primeiro impulso dado, nos tempos modernos, e de encontro à reação romântica, para essa filosofia social, que caracteriza a nossa época, e se propõe arrear do terreno da História um grande número de preconceitos, que julga serem os maiores obstáculos à marcha regular do espírito humano. Razão por onde é bem compreensível o que disse Gervinus – que no único gênio de Byron pareceram surgir conjuntamente – *republicanismo* americano, *livre espírito* alemão, *mania revolucionária* francesa, *radicalismo* anglo-saxônico. E tudo isso, ousou eu acrescentar, desenvolveu-se, ramificou-se, em todas as direções da rosa dos ventos, e espalhou-se pelo mundo culto, como uma inundação. Bastante característico da tendência destruidora, que devia mais tarde, na mão dos epígonos, degenerar em programas messiânicos e ameaças *quixotescas*, já era o fato singular de ter Byron achado na *carbonaria*, segundo a sua própria expressão, *a verdadeira poesia da política*. Mais um passo adiante – não é o puro domínio dos videntes de hoje, dos revolucionários *rimados* e não *rimados*, dos campeões em prosa e verso, que pretendem emendar a história, escrevendo-lhe uma *errata* a ferro e fogo?!...

Longe de mim a ideia – que seria sem dúvida extravagante – de medir pela mesma bitola o *individualismo* de um Mill e, por exemplo, o *radicalismo* russo, alemão ou italiano, de adicionar o publicista inglês ao grupo dos Herzen, Mazzini, Georg Herwegh, Arnold Ruge *et le rest*. Longe de mim a pretensão, não menos singular, e ainda mais estulta, de arrancar uma folha, sequer, da coroa de benemerência científica e literária que adorna o busto

do ilustre pensador, de reduzir a simples proporções de satélite uma estrela de primeira grandeza... Mas esta justa verecúndia não me impede de passar o meu craiom em mais de uma ideia falsa do autor celebrado, que munido, como dele diz Gneist, de uma lógica econômica e de uma economia lógica, tornou-se o filósofo predileto da industriosa sociedade moderna, aborrecida, impaciente de qualquer aparência de tirania; como também não me impede de reconhecer nos seus reclamos em prol do indivíduo os laços de filiação e dependência, que bom ou mau grado seu, consciente ou inconscientemente, o prendem ao patriarcado do individualismo sôfrego e descontente dos nossos dias. Bem sei que estabelecer assim uma relação genética entre Stuart Mill e Lorde Byron não deixa de provocar alguma contradição: é com efeito difícil de crer que a maçã tenha caído tão longe do tronco, posto que seja aliás admissível que ainda muito mais longe pode o vulcão sacudir as suas cinzas. Porém o fato é este: a doutrina de Mill e seus apóstolos, em matéria de liberdade individual – competentemente integrada e diferenciada –, só dá em resultado, por assim dizer, a *teorização do byronismo*. Eis tudo. E aqui sinto-me impelido a repetir umas belas palavras do italiano Francesco de Sanctis, notável escritor contemporâneo: “L’individualismo”, diz ele, “e presso al suo termine; tutte le vie per le quali ei si é messo ci conducono inevitabilmente negli ffanni del dubbio. Noi assistiamo ansiosi a’ suoi ultimi e funesti effetti nella scienza, nell’arte, nella politica, nella economia, ne’ costumi: scetticismo nella scienza, subbiattivismo nell’arte, anarchia in politica, pauperismo in economia, egoismo n’costumi: ecco i suoi amari frutti...” (*Saggi critici*.)

Que direi agora dos sectários franceses da célebre escola? Nem uma palavra. Em um país, onde cada indivíduo é um Narciso, e o público a fonte cristalina em que ele se contempla e enamora-se de



si mesmo; em um país, *L plus vilain pays du monde* – a expressão não é minha, é de Stendhal –, *que les nigauds appellent la belle France...*, onde todos os movimentos e atitudes do indivíduo parecem calculados para o aplauso, e como que sempre acompanhados de um... *qu'en dirat-on?!* –; num país, enfim, onde a polidez, que em última análise vem a ser também, a seu modo, uma tirania, uma coação da pessoa, é mais que um apêndice, – é um sub-rogado da moral, e destarte até se viola com menos remorsos de um artigo do *Code Penal* do que uma regra sacrossanta de genuína *politesse française*, – em semelhante meio, querer emancipar o indivíduo do poder e influência da sociedade é um belo pedaço de fantasia, um dos melhores capítulos de – *Philosophie pour rire*.

Destas considerações, um pouco largas talvez, porém não supérfluas, pode-se depreender quanto há mister de modificar-se o conceito da liberdade, que é semelhante ao sangue simbólico do chamado sacrifício incruento; – embora santo e venerando, não deixa, todavia, de poder embriagar. E com efeito só vejo que seja tão tristemente ridículo, como um *ébrio* de liberdade, um sacerdote de Cristo, que porventura sempre descesse do altar tropeçando na própria cabeça, em virtude do *brinde quotidiano* ao redentor do mundo. Importa, pois, sobretudo, empregar esforços para arredar inteiramente do círculo das nossas intuições políticas e sociais a perniciosa influência dessa paixão vulgar, que faz da liberdade uma coisa ideal, hiper-humana; e dali a torná-la uma coisa mitológica, um silfo ou um gnomo, há somente um passo. Todo ideal é de natureza etérea e fácil de evaporar-se. Só isso explica por que os metafrastas liberais, com os seus brincos de imaginação, com os seus navios sempre de velas desfraldadas, à espera do vento que os conduza ao *país da felicidade*, muitas vezes prestam mais serviço aos governos despóticos do que os próprios teóricos do absolutismo.



Já deixei escrito que a liberdade é sempre uma conquista; – mas isso não se opõe a que ela seja também uma herança, não no sentido retórico e trivial, mas no sentido científico de um fato *filogenético*, para exprimir-me na linguagem de Haeckel. Em harmonia com os princípios de sua Filosofia monística, diz Ludwig Noiré “A liberdade humana é um fruto, tarde amadurecido, do longo, infatigável esforço de inúmeras gerações: – da *determinação* deste grande passado, e somente dela, é que resulta para nós a liberdade atual...” E Goethe já tinha dito: “O que tu herdaste de teus pais, adquire-o, para possuí-lo.”

A liberdade é um dos bens componentes deste patrimônio herdado, que mais que todos importa *adquirir pela própria força*.

...

Ao concluir esta nota, algumas palavras *pro domo*.

Diante das ideias que aí ficam expressas com franqueza e lealdade, não faltará quem se julgue autorizado a pôr em dúvida o meu liberalismo. Há uma ortodoxia liberal, que não tolera o menor afastamento da terra santa de sua dogmática. Eu serei, portanto, aos olhos de muitos, aos olhos de todos, uma ovelha desgarrada, um liberal heterodoxo. Mas este pecado não é, em si mesmo, o que mais espanta; maior que o próprio crime é a circunstância, que o agrava, a circunstância exótica de me ter deixado envenenar das doutrinas alemãs.

A Alemanha é a minha loucura, o meu *fraco* irremediável. Se não tenho motivos para orgulhar-me, também não os tenho para envergonhar-me disso. Há somente de sensível que mais robusta não seja a minha armadura...

A sociedade, em que vivo, não tem decerto força bastante para levar-me consigo, como um madeiro arrastado pelas águas

selvagens dos nossos rios; mas eu também, por minha vez, não sou bastante forte para desviá-la do seu caminho, para fazê-la à minha imagem e semelhança; daí uma perpétua inconciliabilidade entre nós, que me faria misantropo e infeliz, se a natureza não me tivesse investido de uma índole expansiva e mil vezes mais disposta ao prazer do que à tristeza.

Nem isso está em contradição com as ideias anteriormente externadas: eu não ataco a sociedade em suas raízes, mas, se assim posso dizer, apenas em seus ramos; não faço guerra aos seus costumes, aos seus hábitos morais, porém somente aos seus sestros políticos, que são não sei se causa ou efeito de seus sestros literários, ainda não assaz por mim combatidos.

Nota I

Pedro Américo e Carlos Gomes

*Também um puro absolutismo,
apenas, porém, temperado...
pela batalha do Avaí pela Fosca,
pela bancarrota do Estado.*

Não pareça ao leitor ligeiro que vai de envolta com tais palavras uma certa ironia, um certo desdém dos dois artistas brasileiros. Não foi esse o meu intuito.

Eu não sou, é verdade (apresso-me em dizê-lo), dos que cingem de uma falsa auréola a frente de qualquer representante da arte; e até, no que toca especialmente ao nosso país, não me arreceo de pensar com Massimod' Azeglio, aliás artista de mérito, que um medíocre funcionário público, se cumpre o seu dever, é um membro mais útil à comunhão política do que o maior pintor. Porém, isso de nenhum modo importa desconhecer o que há de admirável nos verdadeiros gênios artísticos.

Não considero o renome do pintor e do compositista, a que fiz alusão, totalmente como obra de *reclame*; mas também não considero um efeito natural do merecimento. Nos quadros de um, como nas óperas do outro, colabora o Imperador; e esta é para mim a grande mácula de ambos. E tanto assim se deixa crer que o fulgor dos dois planetas está na razão direta da maior ou menor aproximação do centro imperial: Pedro Américo é o mais áulico; não será justamente por isso que ele é também o mais falado?

É sabido que Carlos V, tendo uma vez apanhado o pincel caído das mãos de Ticiano, aos cortesãos, espantados daquela espécie de humilhação do monarca diante de um simples pintor, respondeu altivo: “Não há de que vos admireis; marqueses e duques, como vós outros, posso eu criar à vontade; mas Deus somente pode fazer um Ticiano.” Tenho meus receios de que o Sr. D. Pedro II queria ser mais alto que Carlos V, e como tal não se limite a fazer duques e marqueses, mas também pretenda criar, ou pelo menos ajudar a Deus na criação dos Ticianos.

Como quer que seja, uma coisa é incontestável: as telas de Pedro Américo e as partituras de Carlos Gomes não nos pagam dos desmandos, dos caprichos, da ridícula pantosofia do seu ilustre protetor. Pode ser exato o que diz Treitschke – e eu não sinto se me eriçarem os cabelos em repeti-los – que na antiga Grécia, onde os cuidados comuns da vida repousavam sobre os ombros do escravo, e havia por isso tempo e descanso para a alta cultura do espírito, as tragédias de Sófocles e o *Zeus* de Fídias não foram comprados muito caro, a preço da escravidão. Mas certamente a batalha do Avaí, a *Fosca* ou o *Salvador Rosa*, e quantos produtos possam sair das mãos daquele *Par nobile fratrum*, não valem, não compensam a miséria política, o abatimento moral, em que nos achamos, em virtude e à mercê da vontade absoluta do Sr. D. Pedro II.







© 2012, Fundação Darcy Ribeiro
 Direitos desta edição pertencentes à Fundação Darcy Ribeiro
 Rua Almirante Alexandrino, 1991
 20241-263 - Rio de Janeiro – RJ
 www.fundar.org.br

1ª Edição. 1ª Impressão. 2014.

BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA – CULTIVE UM LIVRO

Curadoria

Paulo de F. Ribeiro – Coordenação Geral
Godofredo de Oliveira Neto
Antonio Edmilson Martins Rodrigues

Comitê Editorial

Eric Nepomuceno – Fundação Darcy Ribeiro
Oscar Gonçalves – Fundação Biblioteca Nacional
Norberto Abreu e Silva Neto – Editora Universidade de Brasília
Anibal Bragança – Fundação Biblioteca Nacional
Lucia Pulino – Editora Universidade de Brasília

Produção

Editora Batel

Coordenação editorial

Carlos Barbosa

Projeto gráfico

Solange Trevisan zc

Diagramação

Solange Trevisan zc

Ilustrarte Design e Produção Editorial

Tratamento de textos da coleção

Clara Diament

Edmilson Carneiro

Cerise Gurgel C. da Silveira

Carina Lessa

Léia Elias Coelho

Maria Edite Freire Rocha

Projeto de capa

Leonardo Viana

Assessoria de Comunicação Fundar

Laura Murta

Texto estabelecido segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

B273d

Barreto, Tobias, 1839-1889

Um discurso em mangas de camisa / Tobias Barreto. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. 76 p.; 21 cm. – (Coleção biblioteca básica brasileira; 25).

ISBN 978-85-635-7438-1

1. Brasil – Política e governo – 1822-1889. 2. Brasil – Condições sociais. I. Fundação Darcy Ribeiro II. Título. III. Série.

CDD-981

Roberta Maria de O. V. da Costa – Bibliotecária CRB7 5587



Patrocínio:



Realização:

Ministério da
Cultura



Impressão e acabamento :





FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO

Instituidor

Darcy Ribeiro

Conselho Curador

Alberto Venâncio Filho

Antonio Risério

Daniel Corrêa Homem de Carvalho

Elizabeth Versiani Formaggini

Eric Nepomuceno

Fernando Otávio de Freitas Peregrino

Gisele Jacon de Araújo Moreira

Haroldo Costa

Haydée Ribeiro Coelho

Irene Figueira Ferraz

Isa Grinspum Ferraz

Leonel Kaz

Lucia Velloso Maurício

Luzia de Maria Rodrigues Reis

Maria de Nazareth Gama e Silva

Maria Elizabeth Brêa Monteiro

Maria José Latgé Kwamme

Maria Stella Faria de Amorim

Maria Vera Teixeira Brant

Mércio Pereira Gomes

Paulo de F. Ribeiro

Paulo Sergio Duarte

Sergio Pereira da Silva

Wilson Mirza

Yolanda Lima Lobo

Conselho Curador – In Memoriam

Antonio Callado

Carlos de Araujo Moreira Neto

Leonel de Moura Brizola

Moacir Werneck de Castro

Oscar Niemeyer

Tatiana Chagas Memória

Conselho Fiscal

Eduardo Chuahy

Lauro Mário Perdigão Schuch

Trajano Ricardo Monteiro Ribeiro

Alexandre Gomes Nordskog

Diretoria Executiva

Paulo de F. Ribeiro – Presidente

Haroldo Costa – Vice-Presidente

Maria José Latgé Kwamme – Diretora Administrativo-Financeira

Isa Grinspum Ferraz – Diretora Cultural

Maria Stella Faria de Amorim – Diretora Técnica





